

FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

WEVÉR RODRIGUES

**O INCONVENIENTE ENCONTRO COM UM GOVERNO
ULTRANEOLIBERAL.**

VOLTA REDONDA

2020

FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**O INCONVENIENTE ENCONTRO COM UM GOVERNO
ULTRANEOLIBERAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e
aprovado como requisito parcial para a obtenção do
título de bacharel em Serviço Social pela
Universidade Fundação Oswaldo Aranha/UniFOA –
Pólo Universitário Volta Redonda-RJ

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mônica Santos Barison

VOLTA REDONDA
2020.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Acadêmico: Wevér Rodrigues

Matricula: 201700823

Trabalho de Conclusão de Curso Intitulado:

O INCONVENIENTE ENCONTRO COM UM GOVERNO ULTRANEOLIBERAL.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mônica Santos Barison

Apresentado publicamente perante a Banca Avaliadora, como parte dos requisitos para conclusão do Curso de Serviço Social.

Aprovado em ____ de _____ de _____.

Banca Avaliadora:

Professora Orientadora Mônica Santos Barison – Doutora – Unifoa

Professor avaliador Marcos Aurélio Ramalho Gandra – Mestre – Unifoa

Hélio de Lena Junior – Doutor - Unifoa

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho para toda a minha família, amigos, e a minha eterna flor. Por estarem sempre torcendo por mim!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a todos os Orixás por estarem sempre comigo, mesmo quando não conseguia ver as suas ações ainda assim sempre continuaram do meu lado.

Ao meu Pai Vicente por ter me dado a oportunidade de escolher o meu próprio caminho e desenvolver essa visão crítica que eu tenho da nossa realidade.

Á minha Mãe Marcia por ser uma mulher guerreira, que luta pelos seus ideais e por me mostrar esse caminho!

Á minha irmã Talma por mais simples que seja com as palavras, sempre esteve torcendo por mim.

A minha linda flor Daniela, que em nenhum momento deixou de acreditar no meu potencial e sempre esteve ao meu lado em todos os momentos. Graças a você consigo ter sonhos, e ao mesmo tempo vivenciá-los.

A minha Orientadora de Estágio Katiuscia e a todo CREAS, vocês foram o meu primeiro contato com o mundo profissional e contribuíram muito na minha formação. Durante esse período eu passei por diversos momentos com todas/os vocês e só tenho a agradecer pelo carinho, paciência e conhecimento durante essa jornada.

A Prof.^a Dr.^a Mônica Santos Barison por aceitar ser a minha orientadora, me ajudando muito a construir esse Trabalho de Conclusão de Curso. Meu Muito obrigado pelos seus ensinamentos, pelos incentivos e por ser essa pessoa verdadeira que você é. Não teria encontrado alguém mais compatível e certo para estar comigo durante essa reta final.

A todos os professores do curso de Serviço Social pela dedicação e ensinamentos durante esses quatro anos, vocês com certeza marcaram a minha vida.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 01 - O golpe de 2016: as análises sobre o significado da interrupção do governo Dilma.	17
1.1 - As análises de conjuntura: o cenário político-econômico-social que desencadeou o golpe de 2016.	17
1.2 - O processo de impitimam do governo da Dilma: a trama entre os setores conservadores da sociedade brasileira.	28
1.3- O significado da interrupção do governo Dilma para a democracia brasileira.	39
CAPITULO 02 - As alterações na política de assistência social nos governos Temer e Bolsonaro.....	44
2.1. A luta para a construção do Sistema Único da Assistência Social e as principais diretrizes da política de assistência social nos governos do PT.....	44
2.2 As análises sobre os impactos do golpe de 2016 na política de assistência social	49
CAPITULO 3: E o Serviço Social? As análises sobre implicações das recentes alterações no trabalho do assistente social	63
3.1 - O debate do Serviço Social sobre o agravamento da Questão Social e a regressão das Políticas Públicas.....	63
3.2 - Os limites e desafios do assistente social na política de assistência social no governo Bolsonaro	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79

ABSTRACT

In this paper I seek to discuss the relationship between the work of the social worker and the advances of the current federal government to dismantle public policies, with an emphasis on social assistance policy. The choice of the research object was due to my insertion as a trainee for two years in the Specialized Reference Center for Social Assistance - CREAS, which aroused my curiosity in analyzing and reflecting the relationship between the totality and the uniqueness of the users' lives, in addition to correlating the political determinants that shape social assistance policy. Many aspects interfere in the daily work of these professionals, such as, for example, power relations, clientelism, the lack of material and human resources, the implementation of neoliberal policies from the 90s that brought great changes to our country, but, mainly for Social Assistance, where social policies and especially the Unified Social Assistance System -SUAS had their funding reduced and causing insecurity and fragmentation. This whole process brought about significant changes for Social Work professionals who had to organize themselves, and look for new ways to ensure users' rights. And it is through the research carried out that we will have a dimension of the main challenges and possibilities encountered by social workers in social assistance policy

Key words: Social Work; Assistance Policy; Dismantling of social policies; ultraneoliberalism;

ABSTRATO

Neste artigo procuro discutir a relação entre a atuação do assistente social e os avanços do atual governo federal no dismantelamento das políticas públicas, com ênfase na política de assistência social. A escolha do objeto de pesquisa se deu em função da minha inserção como estagiária por dois anos no Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS, o que despertou minha curiosidade em analisar e refletir a relação entre a totalidade e a singularidade da vida dos usuários, além de correlacionar os determinantes políticos que configuram a política de assistência social. Muitos aspectos interferem no dia a dia desses profissionais, como, por exemplo, as relações de poder, o clientelismo, a falta de recursos materiais e humanos, a implantação de políticas neoliberais a partir dos anos 90 que trouxeram grandes mudanças para o nosso país, mas, principalmente para Assistência Social, onde as políticas sociais e principalmente o Sistema Único de Assistência Social - SUAS tiveram seus recursos reduzidos e gerando insegurança e fragmentação. Todo esse processo trouxe mudanças significativas para os profissionais do Serviço Social, que tiveram que se organizar e buscar novas formas de garantir os direitos dos usuários. E através da pesquisa realizada que teremos uma dimensão dos principais desafios e possibilidades que os assistentes sociais encontram na política de assistência social.

Palavras-chave: Serviço Social; Política de Assistência; Dismantelamento de políticas sociais; ultraneoliberalismo;

ABSTRACTO

En este trabajo trato de discutir la relación entre el trabajo del trabajador social y los invertidos en el actual gobierno federal para o desmantelar políticas públicas, como la política asistencial. La escolta del objeto de investigación se debió a mi inserción como locutor durante dos años no en el Centro de Referencia Especializado de Asistencia Social - CREAS, o que despertó la curiosidad en analizar y referirme a la relación entre la totalidad de la singularidad de dos usuarios, además de correlacionar los determinantes políticos que configuran la política asistencial. Muchos aspectos interferentes no cotidianos del quehacer profesional, como las relaciones de poder, o el mecenazgo, ante la falta de recursos materiales y humanos, la implementación de políticas neoliberales de los años 90 que provocaron grandes cambios en nuestro país, más, principalmente para la Asistencia Social, donde las políticas sociales y en especial el Sistema Único de Asistencia Social -SUAS tienen sus finanzas reducidas y provocando su precariedad y fragmentación. Todo este proceso trae cambios significativos para los profesionales del Trabajo Social que deberán organizarse y buscar nuevas formas de garantizar dos usuarios. Es a través de la investigación realizada que tendremos una dimensión de los dos principales desafíos y posibilidades que encuentra / como trabajador social en la política asistencial.

Palabras clave: Trabajo Social; Política de asistencia; Desmantelamiento de políticas sociales; ultraneoliberalismo;

1- INTRODUÇÃO

Nesse trabalho buscou-se discutir a relação entre o trabalho do assistente social e as investidas do atual governo federal para o desmonte das políticas públicas, com o destaque para a política de assistência social.

O interesse pelo desenvolvimento desta pesquisa iniciou-se a partir da curiosidade de conhecer o trabalho das/os assistentes sociais no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Volta Redonda/RJ. Foi a inserção nesse campo de estágio que possibilitou o despertar para a questão da realização do trabalho das/dos assistentes sociais, no âmbito da política de assistência social.

Vale destacar sobre o CREAS:

O CREAS é uma unidade pública estatal, de abrangência municipal ou regional, referência para a oferta de trabalho social a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, que demandam intervenções especializadas no âmbito do SUAS. Sua gestão e funcionamento compreendem um conjunto de aspectos, tais como: infraestrutura e recursos humanos compatíveis com os serviços ofertados, trabalho em rede, articulação com as demais unidades e serviços da rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos, além da organização de registros de informação e o desenvolvimento de processos de monitoramento e avaliação das ações realizadas. (PEREIRA, 2007, p.8).

Diante das questões experimentadas no estágio, buscou-se conhecer as dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas que as/os profissionais articulam no seu trabalho, na perspectiva de analisar a relação entre a totalidade e a singularidade da vida dos usuários. Buscou-se ainda correlacionar os determinantes políticos e econômicos, que moldam a política de assistência social, fator esse que serviu de estímulo para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso.

Segundo Predes (2020), as políticas sociais estão subordinadas a política econômica, o que interfere nos serviços públicos que são prestados à população. As questões econômicas também interferem nas condições de trabalho dos profissionais que atuam na área social, como é o caso dos assistentes sociais que trabalham no CREAS.

Raichelis (2010) sinaliza que os assistentes sociais no seu dia-a-dia de trabalho estão inseridos em uma realidade contraditória onde, em meio ao aumento da demanda por serviços sociais, há a redução do financiamento das políticas sociais promovidas pelo processo de contrarreforma do Estado. Identifica-se também que seu exercício profissional e suas condições de trabalho estão cada vez mais precários.

Diante desses fatores, é de extrema importância compreender a existência de limitações impostas ao trabalho das/os assistentes sociais no contexto atual. Há a perspectiva de entender as alterações processadas no âmbito da política de assistência social, após 2016, no intuito de contribuir no processo de produção de conhecimento pelos quais possam subsidiar ações de formação continuada, na perspectiva da afirmação do projeto ético político da categoria profissional. Tais alterações devem ser situadas no bojo das mudanças ocorridas na relação entre o Estado e a sociedade após o golpe de 2016, que destituiu o governo eleito de Dilma Rousseff.

Assim, a inserção ao longo desse período no campo de estágio despertou a curiosidade em descobrir respostas para as seguintes questões: como a interrupção do governo Dilma Rousseff afetou o trabalho dos assistentes sociais, na política de assistência social? Quais foram as alterações processadas no âmbito desta política, desde 2016, nos governos Temer e Bolsonaro? Quais os principais fatores que interferem na atuação dos assistentes sociais?

Braz (2017) analisa que o governo Dilma Rousseff, antes mesmo do golpe forjado por uma farsa parlamentar-judicial que usurpou seu mandato, já agonizava desde 2015, inclusive por incompetências e erros. Foi sangrado até o último suspiro por seus algozes entrincheirados no Congresso Nacional e em amplos setores do Judiciário, que contaram com as armas de uma Polícia Federal completamente partidária e, sobretudo, com as poderosas armas ideológicas da grande mídia burguesa. Criou-se uma situação, deliberada e irresponsável, que afundou não apenas Dilma e seu governo, mas o próprio país ao qual foi levado a uma crise monumental que, para além de seus determinantes econômicos principais, foi

piorada *conscientemente* pelas classes dominantes para que atingissem a qualquer custo seus objetivos políticos.

Tal crise, incontestavelmente, aumentou a miséria das massas de trabalhadoras e trabalhadores. De acordo com Santos (2019), a produção e a reprodução da desigualdade social no mundo crescem em proporções inimagináveis, o que amplia a demanda dirigida à política de assistência social.

Todas (os) sabemos como as precárias relações e condições do trabalho, no Brasil, são fermentos para o crescimento exponencial da desigualdade e da concentração de renda. O Oxfam Brasil (2018) informa que seis famílias concentram uma riqueza equivalente àquela que está nas mãos de metade da população desse país. Faz-se necessário destacar as nuances que fazem de negros (as), mulheres, imigrantes e nordestinos (as) os contingentes mais significativos de pessoas atingidas pelas consequências da concentração de renda e riqueza bem como pela produção da questão social - inclusive e necessariamente pensando como essas variáveis se relacionam.

Conforme Braz (2017) assinala, vivemos em um Brasil com histórico de soluções "pelo alto" que exclui os "de baixo" das instâncias decisivas as quais envolvem o poder político e que, reiteradamente, golpeiam aqueles que já não lhe servem ou que contrariem os interesses econômicos das classes dominantes.

Braz (2017) afirma que, entretanto, esse é um momento que muito pode ser aprendido acerca da relação entre as classes na sociedade brasileira. Por conta disso, as reflexões sobre a situação atual podem ser pedagógicas na medida em que os acontecimentos revelaram os traços conservadores das classes dominantes, as quais não têm pudores em usar o Estado para atender os seus interesses.

No Brasil, o Judiciário é uma caixa-preta cujo funcionamento baseia-se em sistemas hierárquicos nos quais os ocupantes dos postos mais importantes não são eleitos pelo povo (no máximo são escolhidos entre seus pares).

Além do Judiciário que expôs sua "imparcialidade", os parlamentares (em especial os deputados) mostraram-se todos nus, sem disfarces, inclusive revelando o motivo ou a razão nominal de seus votos, ainda que não tenham revelado seus financiadores legais e ilegais. *O conluio entre Legislativo, Judiciário, PF, mídia e*

organizações empresariais, como a FIESP, foi explícito. Por tudo isso, esse momento pode ser politicamente pedagógico: como não aprender diante dos acontecimentos recentes no Brasil? Foram expostas as vísceras do poder do capital, no Brasil, e também foram demonstradas como suas maquinações intestinais funcionam.

De acordo com Santos (2019), muitas são as análises de conjuntura do Brasil. Análises sobre a crise econômica e a política que se agravou no país demonstram a existência de calamidade pública. Santos (2019) refere-se a março de 2015, aos desdobramentos que culminaram no *impeachment* da presidenta Dilma e ao início do ilegítimo governo Temer.

Em outro momento, no debate, certamente podem ser retomados alguns aspectos das distintas análises sobre esse período tão decisivo para a conformação do quadro com o qual se depara hoje. O fato é que, mesmo com variações, é possível extrair dessas análises pelo menos um grande “consenso”: o “rolo compressor”, originado no governo Michel Temer, tinha o propósito de recolocar as rédeas do Estado brasileiro nas mãos do grande capital internacional e nativo. Ou seja, em meio à fase mais aguda da crise, traduzida no déficit da economia brasileira ao final de 2015, a burguesia decidiu “se livrar de intermediários”, como os governos democrático-populares, forjando diretamente seus próprios prepostos no poder.

Santos (2019) discute sobre a articulação que existe entre Estado e capitalismo brasileiro e a tendência que há pelo domínio de interesses das classes dominantes. Porém, acompanhou-se em 2019 a inviabilidade eleitoral de uma única candidatura das frações hegemônicas da burguesia. Junto a essa inviabilidade há vários fatores que levaram à eleição do atual presidente do país. Uma candidatura que cresceu de um lado, no vácuo aberto, pela falta de uma alternativa burguesa eleitoralmente viável e, do outro lado, a difusão do antipetismo que mobiliza fortemente os setores da classe média, desde 2015.

As análises sobre os primeiros cem dias do (des) governo Jair Bolsonaro indicam muitos aspectos idiossincráticos que, inclusive, têm desviado seus (suas) críticos (as) do foco que parece essencial: Bolsonaro não era o projeto da burguesia brasileira, mas, vem se cacifando para vir a ser. E mais: isso ocorrerá quanto mais forem “conjugados” dois dos quatro setores que, na análise de Zacarias (2019), compõem o espectro de forças existente no seu interior.

O governo de Bolsonaro é formado por quatro núcleos: o núcleo ideológico bolsonarista (fascista ou profascista), o núcleo militar (a garantia de tutela), o núcleo político (encarregado de relações com o Congresso) e, por último, o núcleo econômico ultraliberal de Paulo Guedes e demais Chicago Boys (que também pode ser chamado de núcleo dos banqueiros). (ZACARIAS, 2019).

Significa dizer que, não obstante ao núcleo ideológico bolsonarista seja o mais evidente, devem ser observados os primeiros e “certeiros” movimentos do núcleo econômico ultraliberal de Paulo Guedes. Longe dos holofotes e “memes”, produzidos pelo núcleo ideológico, onde “é páreo duro” saber quem produz mais trapalhadas em série, o núcleo econômico vem se movendo para assegurar a agenda de “contrarreformas” a qual está sendo ditada pela burguesia (internacional e nativa) interessada em “retomar as rédeas” do Executivo federal, desde 2016 (ZACARIAS, 2019).

A agenda ultraneoliberal¹, de acordo com Santos (2019b), “mostrou sua cara” conforme o que foi citado anteriormente. Inicialmente foram anunciadas algumas das medidas que configuram o projeto do “Brasil, paraíso do agronegócio e da exploração de minérios”, à custa da desregulamentação e do desmonte de mecanismos de proteção e demarcação de terras indígenas e quilombolas, por exemplo. Não restam dúvidas de que o principal movimento do núcleo econômico é a centralidade recém-assumida da contrarreforma da Previdência, nas tarefas da agenda governamental, colocando para andar o projeto do “Brasil, paraíso do capital fictício e da superexploração do trabalho sem direitos” (ZACARIAS, 2019)

De acordo com Santos (2019), as negociações com o Congresso Nacional estão abertas nas mesmas bases de sempre, com liberação de R\$ 1 bilhão em emendas parlamentares para nitidamente “comprar” a aprovação necessária. No entanto, além desse recurso, tem sido necessário, ao governo, negociar considerando os interesses da “velha política” em salvaguardar parte de sua imagem junto à população. Isso se traduz nas negociações para retirar do projeto pontos por demais impopulares: desconstitucionalizações (retirada da Constituição de renda mínima para

¹ É a fase superior do neoliberalismo, são aqueles/as que defendem as posições e ideias liberalistas e neoliberais ao extremo.

a Previdência, entre outras garantias e benefícios), abono salarial, mudanças nas regras do FGTS, aposentadoria rural e benefício de prestação continuada. Caso essa estratégia prospere, isso concentrará no funcionalismo público o essencial da “conta a pagar” em mais essa contrarreforma.

Braz (2017) indaga que essa mesma agenda conservadora (que contém algumas propostas tipicamente reacionárias, como os Estatutos da Família e do Nascituro), não é apenas do PMDB e de seus apoiadores no Brasil (PSDB, DEM, PP, PR, PSB, PSD e outros menos cotados).

É a atual *agenda política e econômica do imperialismo para a América Latina*, que, tendo nos Estados Unidos o seu centro de comando principal, encontram em vários países, desse grupo, amplos setores burgueses associados e dependentes que lhe facultam apoio militante por todos os meios possíveis, legais e ilegais.

Entre as grandes burguesias financeiras atuantes no subcontinente e entre outras frações burguesas a elas associadas e subordinadas consolidou-se um consenso burguês em torno da necessidade de *aceleração das condições ideais para a acumulação de capital*. Tal necessidade de aceleração é muito determinada pela crise que se arrasta nas potências capitalistas e pela desaceleração da China, assim como pelas dificuldades que o imperialismo encontra (criadas por ele mesmo) em meio às guerras nos países da Ásia e do Oriente Médio. Esse cenário internacional da economia capitalista é responsável por colocar a América Latina na rota das prioridades imperialistas.

De acordo com Braz (2017), esse processo de retomada em ótimas condições dessa vasta zona de influência imperialista impõe uma partilha territorial e econômica que tem no Brasil um ponto estratégico fulcral. Nem a Argentina (já retornada à órbita de influência), nem a Venezuela (vítima de ataques desestabilizadores frequentes e que, até agora, sobrevive a eles a duras penas) e muito menos a Bolívia e o Equador têm o peso da economia brasileira.

Por fim, o *impeachment* foi feito, a ultradireita ascendeu o poder, as ilusões foram perdidas e a nossa pobre democracia é vista diante de mais um recuo profundo. No entanto, as contradições inscritas na realidade ainda oferecem terrenos para

serem trabalhados, mesmo que sob a "Lei Antiterror" herdada do governo da presidenta Dilma Rousseff.

Braz (2017) afirma que o fascismo é uma forma política sempre possível, desde quando os monopólios constituíram-se como dominantes na economia capitalista. No Brasil, o fascismo amalgama-se com os elementos históricos de uma cultura de classe dominante a qual se alimenta do racismo. Em conjunto, há uma cultura política que, mesmo nos períodos republicanos, pouco avançou-se em relação à laicidade e que é alimentada pela intolerância religiosa. O avanço de elementos fascistas entre nós faz recrudescer ainda a misoginia que também foi utilizada contra a ex-presidente Dilma Rousseff, ainda que não tenha sido a questão *determinante* para sua queda.

Em todos os casos, trata-se de traços profundamente antidemocráticos aos quais promove, no Brasil, uma ascensão preocupante de forças conservadoras reacionárias. A chamada lei da mordça ("Escola sem Partido") talvez seja o melhor exemplo dessa ascensão.

Tal quadro coloca, pelo menos no curto prazo, imensas dificuldades para a sustentação de pautas políticas mais avançadas entre as forças de esquerda, sob pena de navegar-se em um voluntarismo que será pouco eficiente na luta contra o reacionarismo vivido atualmente assim como os ataques que se voltam contra os interesses sociais do trabalho.

Essa é a sensação que se generaliza, porque em todos os países capitalistas a "cartilha" dos organismos internacionais para a superação da crise é a "receita" neoliberal: reduzir a proteção pública ao trabalho, possibilitando maior exploração da força de trabalho, privatizar setores essenciais com potencial de lucratividade e ampliar as margens de apropriação do fundo público pelo capital.

Santos (2019b) afirma que existe um grande vácuo na desigualdade, espaço que possivelmente procuram alargar, no intuito de que o Estado não seja mais o responsável pelas ações afirmativas. Para alguns, esta é uma solução notória e necessária para o desenvolvimento do Brasil.

Muitas reflexões cruzaram-se, então, com as experiências vivenciadas no estágio, que iniciou-se justamente no ano que Bolsonaro assumiu a presidência da República. Um inconveniente encontro, vocês não acham?

Assim, frente às experiências de estágio e diante das leituras realizadas, foi estabelecido o seguinte objetivo geral para estudo: identificar o debate sobre os desafios enfrentados pelos assistentes sociais no seu exercício profissional e conhecer, através da percepção das/dos autores de ciências sociais, as alterações processadas no âmbito da política de assistência social.

Destacam-se ainda os seguintes objetivos específicos: conhecer as análises publicadas sobre o significado da interrupção do governo Dilma; conhecer o debate sobre as alterações processadas na política de assistência social nos governos Temer e Bolsonaro, além de conhecer as análises sobre as implicações de tais alterações no trabalho do Serviço Social.

Acredita-se que essa pesquisa poderá contribuir para o debate profissional das/os assistentes sociais no CREAS, além de possibilitar, para estudantes do curso de Serviço Social, um conhecimento mais profundo sobre a realidade da/o profissional. Dessa forma, espera-se contribuir para que os mesmos possam trabalhar na perspectiva de produzir mediações entre os efeitos da política e da economia, na política de assistência social.

Foi realizada a pesquisa bibliográfica e as fontes utilizadas foram advindas de autores e autoras do campo das Ciências Sociais e do Serviço Social que publicaram livros e/ou artigos sobre o tema. Foram utilizadas para a pesquisa matérias de sites da internet bem como revistas acadêmicas e, em especial, a revista “Serviço Social” e Sociedade, publicada pela Editora Cortez.

No primeiro capítulo foi feita a contextualização sobre o significado da interrupção do governo Dilma, buscando evidenciar as análises de conjuntura do cenário-econômico-social as quais desencadearam o golpe de 2016. Ainda nesse capítulo, foram abordados os processos que deram segmento ao impitimam do governo Dilma, além de explorar os setores conservadores da sociedade brasileira e o significado da interrupção do governo Dilma, para a democracia brasileira.

No segundo capítulo foram contextualizadas as análises sobre as alterações na política de assistência social, nos governos Temer e Bolsonaro. Foram apresentadas, inicialmente, as reflexões sobre a luta para a construção de um Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as principais diretrizes da política de assistência social nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Em seguida, buscou-se desenvolver as análises sobre os impactos do golpe de 2016 na política de assistência

social, em conjunto com as ameaças e desmonte do SUAS pelo governo Temer. Procurou-se destacar ainda a consolidação das ameaças e do desmonte do SUAS, no governo Bolsonaro, e a resistência ao desmonte do SUAS, elucidando as reações na cena política.

Para finalizar, no terceiro capítulo, foram analisadas as implicações das alterações processadas, na política de assistência social e desmonte do SUAS, no trabalho do assistente social, além de adentrar no debate sobre os limites e desafios da/o assistente social, na política de assistência social no governo Bolsonaro.

CAPÍTULO 01 - O golpe de 2016: as análises sobre o significado da interrupção do governo Dilma.

1.1 - As análises de conjuntura: o cenário político-econômico-social que desencadeou o golpe de 2016.

A sociedade brasileira sempre foi marcada pela disputa dos seus diversos e antagônicos grupos no cenário político e isso é visto desde os períodos históricos anteriores.

Um bom exemplo desse fato é o período colonial o qual foi marcado pela ocupação dos grandes fazendeiros nos cargos políticos, por meio da nomeação do rei. A ascensão da República possibilitou o sistema representativo, mas foi desenhada por períodos ditatoriais. Assim, os brasileiros já vinham testemunhando crises de representatividade em diversos períodos históricos. Outro bom exemplo foi a Ditadura Civil Militar em 1964, a qual se iniciou com a queda do governo de João Goulart, que foi presidente eleito democraticamente naquele período.

Sobre a crise na qual se encontra na contemporaneidade, Mascaro (2018) aponta caminhos para tecer análises. A atual crise brasileira, cujo marco inicial simbólico é o das manifestações de 2013, passando pelos embates ocorridos na eleição de 2014, pelo impeachment de Dilma Roussef em 2016, pela perseguição e prisão de Lula e pela regressão econômica, política e social de Temer, tem ligação com a crise mundial do capitalismo eclodida em 2008.

Assim, é importante entender, nesse contexto, como as forças sociais que se desenharam antes e após o golpe de 2016, desnudaram problemas enraizados na formação social brasileira.

De acordo com dados do editorial Esquerda online (2017), depois das eleições de 2014, Dilma Roussef abandonou as promessas de campanha e iniciou uma brutal aplicação de ajuste fiscal, isso devido à nomeação de Joaquim Levy para Ministro da Fazenda, implementando na economia uma queda acelerada. O governo realizou vários cortes nos gastos públicos e aumentou os juros, estratégias sem escrúpulos que foram deixando um rastro de destruição, sobretudo para os mais pobres.

Nesse sentido, Mascaro (2018) pontua que a crise que culminou o golpe de 2016 só pode ser compreendida estudando-a como um caso, nem o primeiro, nem o mais surpreendente. O autor analisa que o plano de fundo desse episódio é comum a

outros da história do Brasil: a relação material entre a política, a economia e as instituições na sociabilidade capitalista é um processo de acertos e erros no solo das interações sociais. Essa relação é marcada pela dinâmica que se orienta pela mercantilização da vida e pela concessão de privilégios ao núcleo que explora e domina a classe trabalhadora, ao qual o Estado une-se, em suas formas derivadas, como forma política estatal e forma jurídica.

Mascaro (2018) pontua que os trâmites existentes na política, que expressam as relações de conflito entre as classes sociais, não podem ser analisados de forma apartada do modelo de produção capitalista, cuja reprodução da vida social tem por objetivo material, relacional e institucional a acumulação do capital.

Segundo Mascaro (2018), no cenário político, as estratégias construídas para garantir a acumulação do capital e os diversos mecanismos e instituições de regulamentação da vida social criados para garanti-las, são permeados de conflitos, contradições e lutas sociais.

Mascaro (2018) argumenta que, em meados do século XX, no contexto do capitalismo fordista, a produção no espaço nacional fez com que os Estados pudessem, de modo particular, ganhar força relativa na indução da relação entre as frações das classes burguesas nacionais, isso em relação às internacionais. Essa compatibilidade entre as classes burguesas nacionais e internacionais fez com que o grau de perenização de suas políticas e seus modelos trabalhassem juntos.

Assim, de acordo com Mascaro (2018), vem ocorrendo desde o fordismo a servidão do Estado aos interesses da classe que detém o poder econômico. No entanto, somente no final do século XX é que tal relação se aprofunda. A reestruturação produtiva, o neoliberalismo e a financeirização do capital (estratégias utilizadas para a recuperação do processo de acumulação do capital) evidenciam ainda mais o pacto entre o Estado e os representantes do capital internacional e nacional. O setor privado estabelece redes que articulam pequenas empresas e grandes grupos econômicos por meio de diretos e indiretos arranjos de negócios, propriedades, titulações judiciais, investimentos e lucros.

Diante dessa análise, Mascaro (2018) afirma que o que é visto no Brasil são relações entre a burguesia nacional e a internacional, as quais utilizam o Estado para garantir a ampliação do processo de acumulação.

Seguindo essa concepção de Mascaró (2018), pode-se entender que a burguesia internacional impede materialmente a criação de uma burguesia puramente nacionalista. Entretanto, o autor sinaliza que, apesar do capitalismo estruturar-se do ponto de vista econômico, de forma internacional, a sua forma política passa inexoravelmente pelos Estados nacionais.

Nesse contexto é que eles vão garantindo propriedades e contratos. O processo de exploração e dominação perpetrado pela classe que detém o poder econômico é também materializado por meio dos mecanismos institucionais legitimados pelos Estados nacionais. A política deve assegurar o desenvolvimento do capitalismo, no intuito de ofertar infra-estrutura em todos os aspectos: favores do executivo, do legislativo e do judiciário, como projetos de lei, isenções, imunidades, facilitações e até práticas criminosas.

Nesse sentido é observável que, após o golpe jurídico-parlamentar que colocou Michel Temer (PMDB) no governo, o ritmo e a intensidade dos ataques a economia se elevaram a níveis impensáveis. Em nome da “responsabilidade fiscal”, ocorreu justamente o inverso: déficit fiscal da União pulou de R\$ 17 bilhões em 2014 para R\$154 bilhões em 2016. (Esquerda Online, 2017)

Nessa perspectiva, o editorial do *Esquerda online* (2017) explana que na realidade o objetivo do “ajuste” nunca foi resolver o déficit do governo, mas sim retirar direitos dos trabalhadores e cortar gastos sociais, de modo a aumentar os lucros dos grandes empresários e a remuneração dos banqueiros e especuladores da dívida pública.

Por mais que a burguesia nacional quisesse colocar barreiras para impedir o avanço do poderio dos países de primeiro mundo, ainda assim a classe consegue intervir na economia dos países periféricos. Por isso, nesse momento, encontram-se na mira, os direitos previdenciários, trabalhistas e sociais. O objetivo principal é o de dar fim aos direitos históricos conquistados pela classe trabalhadora e do povo brasileiro, deixando os ricos ainda mais ricos.

Mascaró (2018) apresenta análises que afirmam como o capital mundial se enraíza nas frações de classe internas que dependem, diretamente, da relação com seus Estados nacionais, seus governos, sua administração e sua burocracia, além dos mercados locais.

Mascaro (2018) afirma que o Brasil é historicamente um exemplo da incapacidade de gestar e administrar a economia livre da dinâmica internacional do capital. O país continua relativamente dependente e subordinado ao peso do comando dos Estados Unidos. Podem ser vistos exemplos desta subordinação citando o atual Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, que busca a todo o momento evidenciar a proximidade entre as duas nações.

Resguardadas as diferenças deste período histórico de outros, observa-se que situações análogas ocorreram no século XX, com a ditadura militar e início do século XXI, com seu primeiro caso simbólico: a corrosão do petismo e a retomada neoliberal de choque.

Para fins de ilustrar cita-se: o então ministro da Fazenda do governo Temer, Henrique Meirelles (2016-2018), e diversos economistas de mercado afirmaram “que o pior ficou para trás”. Segundo eles, a economia voltaria a crescer em 2017. Esperou-se uma alta do PIB de 0,5%, ou seja, um mais que crescimento anêmico.

As melhores previsões do governo Temer não se confirmaram, considerando pelo ponto de vista do trabalhador. A fila por emprego seguiu e segue crescendo (chegou a 12,6% a taxa desemprego em fevereiro 2017), a renda do trabalhador segue em direção contrária, caindo, e pior: nem mesmo os direitos básicos – aposentadoria, férias, 13º salários, etc. – estão assegurados, tendo em vista a Reforma Trabalhista operada.

Mascaro (2018) adverte que a crise brasileira só pode ser compreendida quando for iluminada pela crítica acerca das formas que determinam a sociabilidade capitalista. O mesmo pontua que não se trata de uma crise restrita ao golpe que tiraria Dilma Rousseff, não se trata de uma crise limitada e seletiva de Sérgio Moro ou da justiça brasileira, mas se trata de uma crise do capitalismo, de raiz econômica, que necessariamente se desdobra nas contradições entre o Estado e o direito.

De acordo com Carcanholo (2015), muitos se assustam com o caráter ortodoxo da política econômica aplicada pelo governo de Dilma Rousseff. Outros tantos chegam a se mobilizar para tentar resgatar um mandato que, presumivelmente, teria que ser de esquerda e, portanto, não deveria implementar um ajuste ortodoxo recessivo para combater os efeitos da crise da economia mundial, algo tipicamente de direita.

Nesse sentido, é visto a emersão de questões sobre o que é uma política econômica de direita, ou de esquerda? Qual a relação dessa política com a ortodoxia/heterodoxia em sua formulação? Por que o segundo governo Dilma teria guinado à direita?

Carcanholo (2015) pontua que Dilma Rousseff não faz um governo de esquerda porque essa nunca foi a proposta. E essa nunca foi a proposta porque não se adequa à estratégia de desenvolvimento dos governos do PT desde 2003!

É interessante notar que Lula se elegeu novamente em 2002, por conta da crise da estratégia neoliberal de desenvolvimento. A mesma crise que havia levado a economia brasileira a pífias taxas de crescimento econômico, crescentes déficits e vulnerabilidades externas e concentração de renda e riqueza nos governos anteriores.

Então por que reverter essa estratégia. Mas, o que é uma estratégia neoliberal de desenvolvimento? Aqui reside o centro da incompreensão que leva aqueles muitos a se assustarem com a ortodoxia econômica dos governos do PT.

De acordo com Cislighi (2020), o termo neoliberal é uma referência ao período liberal do capitalismo, um momento na história grandioso para os Estados que tinham participação restrita na economia e detinham um equilíbrio perfeito por meio de sua “mão invisível”. O tal neoliberalismo, no entanto, em nada reduziu os Estados, apesar de sua forte retórica antiestatal.

Nunes (1991) caracterizou o período com termo mais preciso: uma contrarrevolução monetarista. O que se viu crescentemente foi um novo direcionamento do fundo público que, ao invés de garantir políticas sociais e medidas econômicas anticíclicas, seguindo as orientações keynesianas, passou a remunerar imediatamente o capital, e, sobretudo, o capital rentista. Isso porque a hegemonia do neoliberalismo, como orientação para os Estados, é decorrente de uma de suas características essenciais: a retomada da hegemonia do capital financeiro no comando das economias.

Nessa perspectiva, Cislighi (2020) afirma que, para as políticas sociais, o ideário neoliberal apresenta a trinômia privatização, focalização e descentralização, abrindo novos espaços de valorização para o capital, transferindo para ele fundo público e reduzindo a política social, apenas para trabalhadores dos segmentos mais pauperizados. Avança no Brasil, então, a redução de recursos para o setor público, com políticas de favorecimento para planos de saúde e para a educação privada,

ressignificação da caridade, por meio de programas como o Comunidade Solidária, e a primeira rodada do que será a contrarreforma permanente da Previdência Social.

De acordo com Mascaro (2018), o impeachment da Dilma Rousseff e os eventos e situações que lhe antecedem e que lhe sucedem, são resultados de duas crises sociais. A primeira é a crise econômica mundial, cujo talhe atual origina-se de seu epicentro em 2008. Nesse sentido, é possível afirmar que foi vivida uma crise específica do modo de produção capitalista brasileiro. Já na segunda crise continuou-se vivenciando a faceta neoliberal, com seus desenvolvimentos divergentes, ou em um plano geral de controles e induções estatais do capital.

Mascaro (2018) pontua que alguns vêem essas ações neoliberais como “progressistas” ou de cunho da “esquerda”, no qual essa última foi massacrada no Brasil, sendo o PT de Lula e Dilma Rousseff.

Carcanholo (2015) afirma que, ao contrário do que se imagina, a estratégia neoliberal de desenvolvimento não é sinônima de uma política econômica (monetária, fiscal e cambial) ortodoxa e, de alguma forma, é até independente. O neoliberalismo, segundo seus formuladores, define-se em um maior nível de abstração, o da estratégia de desenvolvimento.

Segundo seus fiéis seguidores, duas seriam as suas características: (a) é necessário obter a estabilização macroeconômica (inflacionária e das contas públicas), como uma pré-condição, e; (b) são necessárias reformas estruturais (liberalização, desregulamentação e abertura de mercados, junto com amplos processos de privatização) que elevem o papel do mercado na determinação dos preços e quantidades de equilíbrio, retirando as possíveis distorções introduzidas por mecanismos populistas.

De acordo com Cislighi (2020), a retomada das taxas de lucro, objetivada pelo neoliberalismo, em uma economia amplamente financeirizada, necessitou, ainda, de maior exploração dos trabalhadores. Isso porque, ainda que o setor financeiro seja hegemônico, apenas na produção que o valor foi criado por meio do trabalho. Foi necessário, portanto, na estratégia da classe dominante, reestruturar a produção e combater os mecanismos de solidariedade e organização dos trabalhadores, como os sindicatos.

Com os corretos sinais fornecidos pelo mercado e a elevação do ambiente competitivo, a promessa sempre é a de que crescerá a produtividade e, portanto, a economia, assim como ocorrerá uma redistribuição da renda que for produzida.

É notório que a estratégia neoliberal de desenvolvimento defina-se no âmbito dos marcos estruturais da economia, no entanto, como obter a estabilização macroeconômica, pré-requisito para a retomada do crescimento? Com uma política ortodoxa ou heterodoxa?

Carcanholo (2015) pontua que resposta é direta: pouco importa. Tudo dependerá do ambiente conjuntural. Dessa afirmação entende-se que a mais pura ortodoxia econômica tinha poucos problemas nos anos 90 do século passado. Defendia-se o controle de um preço-chave, em qualquer economia e da taxa de câmbio, desde que ela servisse como âncora para a estabilização dos preços.

Cislaghi (2020) corrobora que emergiu uma nova forma de organização da produção, o modelo toyotista, que trouxe elementos de ruptura e continuidade com o fordismo do período anterior. Esse modelo fundamenta-se em um padrão de produção, organização e tecnologia avançadas. Introduz novas técnicas de gestão da força de trabalho as quais exploram não só a capacidade física, mas também a capacidade criativa e de cooperação dos trabalhadores (Antunes, 2006).

Cislaghi (2020) pontua que, na produção, os Estados nacionais também passaram por diversas reformas que os reorganizaram. Para os ideólogos neoliberais, a crise do capital seria uma crise dos Estados considerados hipertrofiados e perdulários. A sistematização das orientações contrarreformistas, baseadas nesse diagnóstico, foi elaborada por organismos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, inicialmente com o nome de Consenso de Washington. Suas medidas passaram então a serem consideradas a única racionalidade possível para a garantia da estabilização e do crescimento econômico. Compreende-se pelas medidas: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, contrarreformas tributárias regressivas, juros de mercado, abertura comercial, eliminação de restrições ao investimento externo direto, privatização das empresas estatais, desregulamentação da economia e dos direitos dos trabalhadores e defesa do direito de propriedade intelectual por meio de patentes.

Segundo Cislaghi (2020), as dívidas públicas foram utilizadas para chantagear os Estados a aderirem a essa agenda. O crescimento das dívidas e dos juros pagos,

em função das mesmas, passou a ser o principal mecanismo de transferência de fundo público para as finanças. Os países periféricos foram os principais afetados por esse processo, não necessariamente por serem os maiores portadores de dívidas, mas porque comprometem mais os seus orçamentos com juros e encargos detendo menos soberania sobre as mesmas.

Nesse momento a economia brasileira convivia com uma política econômica de bandas cambiais, política monetária restritiva de combate à inflação e política fiscal também restritiva, no intuito de obter superávits primários necessários para garantir o pagamento do serviço da dívida pública.

No capitalismo é necessariamente uma crise, entende-se o mesmo como um sistema com crises constantes, devido a sua natureza exploratória e conflituosa, fazendo com que a instabilidade social seja a sua marca.

Carcanholo (2015) salienta que quando Lula assume o governo, em 2003, o que se modifica? Nada. A política econômica – sob o discurso de manutenção da credibilidade – mantém o mesmo caráter do segundo FHC e as reformas estruturais pró-mercado são ampliadas.

Então porque os resultados foram diferentes? Por que a economia passou a crescer mais e houve algum tipo de redistribuição desse crescimento? Porque a política econômica mudou?

Carcanholo (2015) afirma que simplesmente o que se modificou foi o cenário conjuntural externo, com grande crescimento das economias para as quais a economia brasileira exportava, e com um favorável comportamento dos mercados internacionais de crédito. Isso permitiu ao governo, mesmo sem nenhuma modificação de estratégia, elevação das taxas de crescimento, sem pressões inflacionárias, maiores arrecadações do governo, permitindo assim algum tipo de política social compensatória.

Mesmo com o cenário externo favorável (2002-2007), é preciso ressaltar dois pontos: (a) a economia brasileira cresceu mais do que em períodos anteriores, mas se comparados com nossos pares da América Latina, houve um crescimento maior do que a economia haitiana; (b) por conta do aprofundamento das reformas liberais, os problemas estruturais da economia brasileira agravaram-se (a reprimarização das exportações, relativa desindustrialização e forte crescimento do passivo externo). Assim, quaisquer reversões do cenário conjuntural externo, somado aos problemas

estruturais crescentes, manifestar-se-iam de forma agravada. Esse cenário externo favorável modificou-se radicalmente com a crise da economia mundial em 2007/2008.

A partir desse momento, desconsiderando alguns inconvenientes iniciais, o governo tentou conter os impactos da crise com desoneração tributária de alguns setores, expansão do crédito para financiar o consumo das famílias e, com isso, garantir mercado para a produção que procurava ser mantida. Tratou-se de uma tímida política econômica anticíclica, não-ortodoxa, no entanto ainda contida na mesma estratégia liberal de desenvolvimento.

Nesse sentido, Carcanholo (2015) afirma que, com a longa duração da crise econômica mundial, essa política mostrou seus limites, gerando ampliações dos déficits fiscais e superendividamento das famílias. As mesmas começaram a restringir o avanço do consumo e a comprometer grande parcela de suas rendas com mero pagamento de serviços de dívida.

Já em 2014, antes mesmo da campanha eleitoral, ficou claro que, independente de quem ganhasse a eleição, a resposta aos efeitos da crise seria um ajuste ortodoxo, a fim de retirar aquele leve ar de heterodoxia que a política econômica anticíclica tinha sustentado até aquele momento.

Mascaro (2018) sinaliza que, pelo ângulo interno, são demonstradas fraquezas nas estratégias e que, quase sempre, as mesmas escorregam para posicionamentos políticos. Busca-se o manejo nos enfrentamentos dentro do Estado sem maiores sublevações sociais, como a posterior solução golpista que cambia o poder executivo. É dada ênfase as frações dos capitais nacionais e internacionais mais aderentes a acumulação internacional e aos setores médios e altos, sob ideologia conservadora e regressista. Nesse campo simbólico de administrações divergentes, do capitalismo nacional, podem ser vistos o trabalhismo e o petismo.

Mascaro (2018) demonstra que o que é denominado por insuficiência da formação política estatal numa formação social, como a brasileira, é unicamente representado por comandar e hegemonizar, em um contexto capitalista de mercadoria e acumulação.

Nessa perspectiva, Mascaro (2018) explana que ambas as políticas arrastaram esperanças de setores de lutas sociais, até mesmo com a pretensão de serem lidas como de esquerda. Com as referências disponíveis diante do que se apresenta como

direita isso é até possível de acordo com Mascaro, mas que, caso se tome uma métrica mais apropriada e radical de esquerda, como ação para superação do capitalismo e a chegada do socialismo, revela-se, então, não apenas uma insuficiência, mas, uma eminente contradição nas formações do Estado.

Carcanholo (2015) sinaliza que, por mais que alguns possam imaginar, no final das contas a teoria econômica ortodoxa tem razão e, portanto, a forma correta de responder aos efeitos de uma crise é aplicando-se um ajuste recessivo, como, aliás, o atual governo – em outras palavras – quer que se faça crer.

No entanto, a resposta para isso é que o ajuste recessivo, uma resposta ortodoxa de política econômica para a atual crise, é a única forma conjuntural de garantir os compromissos necessários e assumidos pela atual estratégia de desenvolvimento do capital. Portanto, só é possível entender porque o governo Dilma não fez um governo de esquerda buscando explicar, inicialmente, a economia política de seu governo que, aliás, mantém a economia política de seu mentor político.

Nesse contexto é que Mascaro (2018) evidencia que a formação social brasileira revela padrões político-sociais estruturais em sua administração do capital. As modalidades políticas ditatoriais como Vargas, Jango, Lula e Dilma, a intensidade desenvolvimentista trabalhista, a suavidade de concórdia neoliberal parcialmente inclusiva e o juspositivismo formalista e estrito do direito brasileiro do século XX (a lei e a ordem) ou o juspositivismo “ético” do neoconstitucionalismo atual (os direitos humanos e o direito transnacionalizado) exemplificam quantidades e arranjos políticos institucionais que sofreram necessariamente com restrições, bloqueios e combates advindos das coerções das formas sociais.

Carcanholo (2015) afirma que um governo realmente de esquerda seria aquele que rompesse – de fato – com a estratégia neoliberal de desenvolvimento e, por conta disso, ao reduzir a vulnerabilidade externa estrutural de sua economia, promovesse uma verdadeira modificação estrutural da concentração de renda e riqueza, que ampliasse os mercados internos – que ainda poderiam ser expandidos com uma verdadeira integração regional, para além dos acordos de livre-comércio. E noutra diapasão, políticas sociais e públicas, muito além do mero compensatório dos problemas estruturais que decorrem, justamente, da ampliação das reformas estruturais liberalizantes.

Nessa perspectiva, o PT é central em sua própria hecatombe, destacando-se em sua posição histórica de partido democrático e institucionalizado, liberal e republicano, buscando ser o mais republicano de todos, assim como dar exemplo ao Brasil.

Mascaro (2018) pontua que a sua renúncia de politizar e mobilizar as massas e a sua baixa capacidade de contraposição aos poderes econômicos e políticos está diretamente ligado aos seus índices de aceitação. Por vias eleitorais, é mais uma efetiva formação político-partidária de cariz valoroso, que termina sendo responsável por suplícios e danos sociais de monta.

Para além do caso específico dos erros e desacertos das opções do PT, no Brasil, ao trocar o combate pela administração do combatido, somente a libertação em relação à política como acordo dentro da forma estatal e da forma jurídica poderiam de fato ter forjado uma ação maiúscula e transformadora.

Então, por que não se faz isso? Porque isso alteraria os marcos estruturais do desenvolvimento do capitalismo e, portanto, as classes e/ou frações de classe que são beneficiadas pela atual estratégia.

Nesse sentido, as conclusões não poderiam ser outras. Por um lado, Dilma não fez um governo verdadeiramente de esquerda, porque essa nunca foi a proposta. Paralelo a isso, é possível afirmar que essa nunca foi a proposta porque, dada a aliança política e de classes que os governos do PT construíram, essa situação nunca poderia ter sido diferente.

Mascaro (2018) sinaliza o uso de golpes, imposições, contenções militares, controle político pelo poder econômico, ideologia conservadora, frações burguesas nacionais virtualmente nada nacionalistas, dependência em relações ao Estado e ao mesmo tempo combate a governanças estatais autonomistas e divergentes. Todos esses fatores exemplificam o que é o complexo estruturado e tradicionalmente assentado nas formas sociais, da formação social brasileira.

Por fim, Mascaro (2018) sinaliza que ter subido a testa da administração desse modelo e não ter sido capaz de domá-lo ou, de outro modo, não ter combatido tal complexo de frente, para assim superá-lo, trouxe à tona duas posições que faz o século XX trabalhista dar as mãos para o século XXI petista: não foi controlado e nem destruído o ambiente capitalista que se impõe como continuo na sociabilidade geral.

Nesse sentido, é necessário compreender o golpe do governo Dilma relacionando o mesmo com as crises que já vinham sendo arrastadas pelo período histórico, com a falta de mobilização social, com a formação social e com a própria natureza do capitalismo.

1.2 - O processo de impeachment do governo da Dilma: a trama entre os setores conservadores da sociedade brasileira.

De acordo com Bastos (2017), quando se explora as análises acerca do período de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, deve-se lembrar a frase histórica que marcou esse momento na vida dos brasileiros. “Não vamos pagar o pato”! Esse foi o lema que a federação das indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) lançou para rejeitar a elevação de tributos e defender o corte de gastos públicos em 2015.

Nesse momento, a trama entre os setores conservadores foi mais que explanada, fazendo com que a FIESP se colocasse no campo daqueles que pediam o impeachment da presidenta, financiando as manifestações e até contribuindo com acampamentos de militantes em frente a sua sede, na Avenida Paulista.

Bastos (2017) afirma que, por mais que seja contraditória, a política econômica do governo Dilma vinha atendendo as variadas bandeiras defendidas pela FIESP, ao longo dos anos, no que se chamaria “nova matriz econômica”: redução de taxas de juros e tarifas de energia elétrica; desoneração tributária e crédito subsidiado; desvalorização cambial e protecionismo industrial seletivo; concessões de serviços públicos para iniciativa privada.

Algumas destas iniciativas foram, inclusive, mais que solicitadas em um documento entregue ao governo e assinado em conjunto com outras organizações empresariais e centrais sindicais em 2011.

Nesse sentido, é notória que, em tempos de crises, a tempestade seja a solução perfeita para fazer o sol brilhar novamente, desconsiderando o que estivesse por detrás disso. Dessa forma os ultraneoliberais criaram a trama perfeita.

De acordo com Limongi (2017), deve-se pensar que a trama ou crise foi causada por diversos fatores que estão associados entre si e deve-se ter em mente a

complexidade que se apresenta a todos. Aquele que se arrisca explicando, correrá o risco ou cometerá o pecado de simplificar os fatos.

Nessa trama entre os setores conservadores, os brasileiros buscam apenas o seu cavaleiro radiante, o salvador da nação.

É nesse contexto que Limongi (2017) busca entender como os conservadores fizeram para que o impeachment ocorresse e qual foi a condição única e momentânea para que o legislativo e dois terços da legislação brasileira votassem pela destituição da presidenta.

Bastos (2017) explana que, no seu segundo mandato, a presidenta Dilma Rousseff, já reeleita, resolveu realizar um ajuste fiscal e monetário mais que inesperado, surpreendendo muitos dos que, em sua base eleitoral, acreditaram em suas críticas de campanha a disposição de cortar candidatos da oposição. Dessa vez ela atendia ao clamor de grupos empresariais que se colocaram contra a chama da nova matriz econômica e, além de motivos econômicos, a virada parecia ter razões políticas.

De acordo com Bastos (2017), o objetivo do governo Dilma era gigantesco: eliminar o rentismo com a dívida pública, como meio sistemático de acumulação de capital, (uma forma essencial de ganhar dinheiro da burguesia brasileira desde o início da década de 1980) e, nesse percurso, forçar a ampliação de investimento produtivo na infraestrutura.

Bastos (2017), explana que a decisão da presidenta, contudo, foi procedida por políticas duras que reforçaram a desaceleração cíclica e, depois disso, não foi acompanhada de uma ampla campanha pública pela hegemonia da interpretação técnica e convencional da questão, perante a opinião pública. “Essa medida fez com que o poder estrutural do capital financeiro, inclusive usando o controle dos meios de comunicação, taxasse o governo de ‘irresponsável tecnicamente’ e politicamente populista”. Nesse mesmo período, houve a intensificação dos conflitos sociais que o governo não conseguia controlar, dificultando a conciliação de interesses entre as classes.

Bastos (2017) pontua que, no plano de relação capital-trabalho, os ganhos salariais, propiciados pela redução do desemprego e pelo ativismo sindical, cresceu, fazendo com que o número de greves vitoriosas fosse objeto de reclamação

empresarial. No plano da relação entre o Estado e movimentos populares, a pressão por bens públicos e direitos sociais, por exemplo, empurrava uma agenda de reivindicações de gastos públicos que dificilmente poderiam ser atendidos sem aumento da dívida pública, pressão “populista” para redução de taxas de juros ou algum tipo de reforma tributária que eliminasse os privilégios empresariais.

Nesse sentido, foi notória a reação dos interesses empresariais que estavam sendo afetados pelas guerras dos juros e pelo avanço das diversas demandas salariais e sociais.

Não foram poucos os economistas que representavam associações empresariais e que foram financiados por empresas que apontavam para a suposta necessidade de um ajuste no mercado de trabalho e de uma contração fiscal para restaurar a capacidade de crescimento nos lucros e investimentos, na perspectiva de ampliar a competitividade das empresas e limitar o crescimento da dívida pública. As declarações de lideranças empresariais ocorreram no mesmo sentido, fazendo com que houvesse reação contra as reivindicações trabalhistas e sociais crescentes, naquele momento na campanha de 2014 já alegavam que um ajuste era incontornável (BASTOS, 2017).

De acordo com Bastos (2017), quando ocorreu o embate público aberto o mesmo foi realizado pela presidenta Dilma Rousseff, ou seja, na campanha eleitoral de 2014. O resultado foi suficiente para deslegitimar as candidaturas de Marina Silva e Aécio Neves, acusando-as de cortejarem o interesse dos banqueiros e quererem trazer de volta a recessão e o desemprego.

A disputa pela hegemonia pública foi abandonada inteiramente, porém, iniciada no segundo mandato, à medida que a agenda macroeconômica criticada foi sendo implementada pelo governo reeleito, ainda que de forma menos radical do que proposto pela oposição em 2015. O problema é que o segundo governo Dilma Rousseff incorreu no custo político de executar a agenda empresarial e conservadora, porém, recriar o amplo apoio empresarial gozado no início do primeiro mandato (LIMONGI, 2017).

Ao contrário do resultado da virada de política econômica, a crise política foi aprofundada com a perda de lucratividade, o descontentamento empresarial e também com uma grande perda de popularidade, inclusive na base de apoio tradicional dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Nesse contexto, no início

de dezembro de 2015, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, aceitou o pedido do impedimento de Dilma Rousseff e, desde então, começou os tramites, apesar da presidenta ter sido apoiada formalmente por doze partidos responsáveis por controlar aproximadamente trezentas cadeiras na Câmara.

É nítido que, nesse momento, a oposição não tinha a menor chance de sucesso, caso contassem apenas com suas forças. É notório também que, sem o apoio dos desertores, daqueles que abandonaram seu governo, o impeachment não teria passado. (LIMONIGI, 2017).

Limongi (2017) afirma que boa parte das explicações disponíveis desconsidera este fato elementar, ou seja, a oposição não tinha força para derrubar o governo e, se ele caiu, é porque não conseguiu agarrar os votos daqueles que o apoiavam.

Limongi (2017) pontua que a explicação político-ideológica também é insuficiente, segundo essa narrativa, a derrubada de Dilma Rousseff teria sido uma reação as políticas sociais progressistas e redistributivas, promovidas pelos governos do PT.

É um movimento de difícil compreensão, pois esses mesmos partidos colaboraram com o PT por anos, alguns deles foram apoiadores de primeira hora, como o PR e PRB. Por que eles só se deram conta dessas mudanças em 2015-2016 e não antes?

Qualquer explicação nesse contexto tem que dar conta dos elementos básicos desse processo, da mudança de posição dos desertores e da formação do “centrão”, que nasceu das costelas da base do governo. Então, porque Dilma Rousseff perdeu o apoio da sua base? (LIMONIGI, 2017).

Por mais que sejam pensados nesses termos, encontram-se inúmeras razões e, talvez, essa seja umas das estratégias ultraneoliberais.

De acordo com Limongi (2017), parlamentares não agem em uma redoma. Eles tomam decisões baseadas em avaliações sobre seus destinos, nesse caso respondendo a pressões sociais. Mesmo considerando as pressões como uma das justificativas, foi necessário que o governo perdesse a sua força de atração, para que o impeachment ocorresse.

De acordo com Bastos (2017), o problema é que o segundo governo Dilma Rousseff incorreu no custo político de executar a agenda empresarial e conservadora,

porém, era necessário recriar o amplo apoio empresarial gozado no início do primeiro mandato. Ao contrário, o resultado da virada de política econômica foi aprofundada e houve a perda de lucratividade assim como o descontentamento empresarial. Também foi perdida uma grande parte da popularidade, inclusive na base de apoio tradicional dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Em um momento de ampliação de conflitos sociais e políticos, e em uma fase de desaceleração do ciclo econômico, o governo preferiu realizar políticas que, teoricamente, apaziguariam a insatisfação empresarial, ainda que prejudicassem seus próprios aliados de base. O resultado foi o oposto do esperado: além de aprofundar a recessão e o afastamento empresarial, a virada na política econômica alienou parte da população para quem era verossímil à acusação de “estelionato eleitoral” (ou mesmo “traição”) feita pelos grandes meios de comunicação e pela oposição partidária.

De acordo com Limongi (2017), o deputado Eduardo Cunha, até então atual presidente da Câmara dos Deputados, foi o grande estruturador da operação que golpeou Dilma, fazendo com que tirassem o seu poder presidencial.

A relação que Cunha tinha com o PT e, mais particularmente com a presidenta Dilma Rousseff, nunca foi harmoniosa. Os fatos de Cunha ser evangélico e defender uma pauta conservadora não devem ser romantizados na sua real motivação. O que ele buscava era proteção contra a Lava Jato, proteção que o governo não pôde assegurar ou não o quis. É notório que o deputado não foi o único a pensar dessa forma. Os outros 366 deputados fizeram o mesmo movimento, e uma boa parte deles, direta ou indiretamente, entraram em desespero mutuo por conta da Operação Lava Jato.

Bastos (2017) explana que realizar uma contração fiscal, em meio a uma recessão, sempre traz custos políticos, mesmo para um governo com ampla governabilidade junto ao poder legislativo e grande popularidade perante os cidadãos.

O custo político incorrido pela presidenta Dilma Rousseff aumentou porque os mecanismos tradicionais de governabilidade (distribuição de verbas, obras e cargos públicos) já seriam prejudicados pela contração fiscal e pela tentativa inicial de enfraquecer o peso do PMDB, na base parlamentar do governo, no entanto, foram praticamente implodidos pela Operação Lava-Jato (BASTOS, 2017).

De fato a operação Lava-Jato minou os arranjos políticos tradicionais, que contribuíram para a governabilidade dos governos petistas, além de reforçar a perda de popularidade do governo. A operação também neutralizou, pelo medo ou pela prisão, a camada empresarial mais próxima do governo. Paradoxalmente, o fato de o governo Dilma Rousseff apoiar a Lava-Jato enfraqueceu sua governabilidade em outro sentido. Políticos e empresários envolvidos em transações suspeitas tinham interesse evidente em substituir o governo por outro, capaz de barrar ou limitar as apurações e patrocinar algum tipo de anistia aos crimes cometidos (BASTOS, 2017).

É nesse contexto que se inicia a identificação real da história a ser contada. É necessário passar pela Lava Jato e pela ameaça que as investigações da força-tarefa, sediada em Curitiba, representavam e ainda representam para a grande parcela da elite brasileira. De acordo com Limongi (2017) o governo Temer apresentou-se como a única e evidente salvação naquele instante, recurso esse que Dilma não quis, não soube ou foi incapaz de oferecer.

Nessa perspectiva, o conflito entre Dilma e Cunha criou raízes profundas, e, por razões já explicitadas, a trama começou a se desenvolver. Nem todos os elementos, que permitem a sua reconstituição, estão disponíveis, mas, é possível identificá-los, usualmente, através das delações premiadas.

Identifica-se como ponto de partida, nesse enredo de grandes nomes da política, o confronto na delação de Delcídio do Amaral, para quem o conflito Dilma-Cunha teria estourado em 2011, logo após a posse da presidenta.

Limonigi (2017) afirma que, em outra passagem, Delcídio do Amaral declarou que a intervenção em Furnas poderia ter rendido a Dilma Rousseff desafetos com outros partidos.

Nessa perspectiva, acredita-se que Furnas é apenas um exemplo e que existem outros. Dilma não mexeu apenas na questão relacionada a Furnas, mas também mexeu na Petrobras, nomeando em fevereiro de 2012 Graça Foster para a presidência da empresa. Foster mudou imediatamente três diretores: Paulo Roberto Costa, Renato Duque e Jorge Zelada, personagens que até então eram desconhecidos naquele momento, mas que viriam a ocupar as futuras manchetes dos meios de comunicação, após a deflagração da Lava Jato (LIMONGI, 2017).

Limongi (2017) explana que a revista “Á época” noticiou as reações do PP na demissão de Paulo Roberto Costa, fazendo com que a bancada do partido ameaçasse uma possível revolta. Hoje, com as investigações, sabe-se o que os preocupava. Paulo Roberto Costa foi o primeiro peixe grande a ser pego na operação, de acordo com a delação, revelando a corrupção na empresa da qual foi diretor. Nesse mesmo período, outras delações começaram a surgir e os problemas do governo e de seus aliados avolumaram-se em proporções únicas.

Dilma Rousseff buscava mais e considerou estender sua limpeza para a Caixa Econômica Federal. Nesse momento, a imprensa chegou a dar como certa a demissão do diretor Fabio Cleto, outro personagem repugnante. A revista “Á época” ocupou-se com as manchetes e com o curso da investigação. Cleto, como se sabe hoje, foi operador de um dos mais variados esquemas comandados por Eduardo Cunha. (LIMONIGI, 2017).

Limongi (2017) explana que Dilma Rousseff buscou investir nos pontos sensíveis de corrupção já consolidados, ou seja, pontos que envolviam acordos partidários. Entretanto, o mesmo também afirma que, assim como no caso da Caixa Econômica, nem sempre se chegou até o fim, isto é, a presidenta não conseguiu completar a sua faxina e, por fim, não conseguiu desmontar inteiramente o esquema.

Mesmo trabalhando com fatos, é impossível saber o que Dilma Rousseff pretendia e onde a mesma queria chegar: se ela havia se engajado em uma luta utópica ou a sua inabilidade política havia criado pitadas de truculência. Entretanto, isso não importa. O que se sabe é que as consequências de seus atos, para seu futuro político, e suas ações foram suficientes para gerar inimigos. Como dito anteriormente, as desavenças entre Dilma e Cunha eram antigas e desdobravam-se em várias frentes. Um bom exemplo foi no final de 2011, ano em que o governo procurou encontrar um substituto ao PMDB, estimulando a criação de forças alternativas, espécie grotesca que gerou o PMDB do B, tarefa confiada a Gilberto Kassab, que liderou a formação do PSD (LIMONGI, 2007).

Limongi (2007) afirma que tal confronto ganhou dimensões redobradas no início de 2015. Na eleição para a presidência da Câmara dos Deputados, Cunha infligiu à derrota vexatória ao governo que apoiaria a candidatura do petista Arlindo Chinaglia. Nesse momento é que a relação entre a presidenta da República e o presidente da Câmara passou a ser ainda mais conflituosa. Após obter a vitória, Cunha habilitou-se

a vôos bem mais altos. O presidente da Câmara passou a ser cortejado por todos aqueles que procuravam alternativas políticas ao PT, mesmo que formalmente ainda mantivesse seu apoio ao governo. Cunha apoiava-se nas oportunidades, ridicularizando a presidenta e seu governo.

De acordo com Limongi (2007), o deputado questionou a independência das investigações, denunciando que Janot estaria agindo em conjunto com a presidenta. Nesse momento, com truculência e sem a menor cerimônia, a CPI da Petrobras teve que investir contra a legitimidade das delações e das provas reunidas contra si, recorrendo, posteriormente, ser seu método predileto de ação, a chantagem e a violência para se safar das investigações.

Os representantes do PT na CPI não apoiaram os tramites de Cunha, mas também não se preocuparam em denunciá-lo, o que se faz pensar que o PT foi conivente com o método de Cunha de fazer política. Nessa perspectiva, Cunha dava mais uma cartada, levando para um confronto direto lideranças de peso do PT e dirigindo suas críticas ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. (LIMONGI,2017).

De acordo Limongi (2017), houve falta de controle por parte da Policia Federal em deixar que a Lava Jato promovesse uma caçada a esquerda e ao partido. Denunciava-se, da mesma forma que Cunha, o viés político rotineiro das investigações e, desse ponto de vista, partilhava-se dos mesmos interesses: desarmar a Lava Jato, objetivando a sobrevivência. Nesse contexto, já não era mais tão importante saber se o ministro da Justiça poderia neutralizar a Operação Lava Jato. O importante naquele momento era que tanto Cunha como as lideranças do PT acreditassem que poderiam, através de críticas, rebater a omissão da presidenta, com relação ao erro de avaliação em que estaria incorrendo, na insensibilidade para com os interesses do partido. Se o próprio partido da ex-presidenta partiu-se, a sua aliança fora do partido já estava em pedaços.

Bastos (2017) afirma que, de fato, a operação Lava-Jato minou os arranjos políticos tradicionais aos quais contribuíram para a governabilidade dos governos petistas, além de ter reforçado a perda de popularidade do governo. A presidenta também neutralizou pelo medo ou pela prisão da camada empresarial mais próxima do governo. Paradoxalmente, o fato de o governo Dilma Rousseff ter apoiado a operação Lava-Jato enfraqueceu sua governabilidade em outro sentido.

Políticos e empresários envolvidos em transações suspeitas tinham interesse evidente em substituir o governo por outro, capaz de barrar ou limitar as apurações e patrocinar algum tipo de anistia aos crimes cometidos. Sem a governabilidade tradicional e sem a popularidade, havia pouco que pudesse ser feito para salvar o governo dos ataques rivais.

O governo não caiu sem luta, primeiro, houve a tentativa de convocar o ex-presidente Lula para remontar a governabilidade, porém, fracassou-se sob ataque da Operação Lava-Jato. No final, o PT, Lula e Dilma não estavam realmente sozinhos. As ameaças feitas contra Cunha também haviam crescido e, para onde quer que as investigações fossem encaminhadas, Cunha era a figura onipresente.

Um bom exemplo do que foi citado acima diz respeito ao banqueiro André Esteves, que foi preso porque se voluntariou para financiar a fuga de Cerveró, abrindo um novo flanco de investigações: a “venda de emendas que visavam os negócios de Esteves com ativos de bancos falidos (LIMONGI, 2017).

Limongi (2017) pontua que, desde o final de setembro, sabia-se que Cunha tinha contas bancárias na Suíça e, por essa razão, o mesmo enfrentava processos na Comissão de Ética na Câmara dos Deputados. Por mais que seja irônico, os votos do PT poderiam assegurar-lhe a absolvição na Comissão, gerando a possibilidade de um acordo entre PT e Cunha. Seria uma troca favorável entre os dois engavetados, naquele momento de sufoco. Um deles livrar-se-ia do impeachment e o outro do processo de quebra de decoro. A precipitação da prisão de Delcídio levou ao impedimento para que o acordo fosse realizado. Com a delação do operador do PMDB, Fernando Baiano, acertada em setembro, e que veio a público apenas em outubro, o cerco sobre Cunha havia se fechado ainda mais.

No caso desses depoimentos, por mais que as provas mais robustas apontem para o presidente da Câmara, os relatos levavam informações sobre uma rede mais ampla de lideranças partidárias e que estavam envolvidas nos desvios, incluindo o presidente do Senado, Renan Calheiros, mostrando o esquema que foi mantido por seu apadrinhado, o então Sérgio Machado, na Transpetro. (LIMONGI, 2017).

De acordo com Limongi (2017), Michel Temer, o então vice-presidente da República, cuja imagem e reputação, até então, não havia sido destruída pelas investigações, passou a ter razões para se preocupar. Nesse momento, Michel Temer sabia que as futuras delações de Fernando Baiano iriam apontar em sua direção,

revelando suas relações com os esquemas do partido que o ex-presidente comandava. Sabia-se também que Cerveró poderia mencionar, como de fato veio a fazer, no caso da intermediação das negociações que ocorreram na Petrobras. Se por um acaso Temer não se lembrou desses fatos, ou se manteve no seu habitual estado de limitações, Cunha, seu fiel escudeiro aos seus métodos, é claro, tratou de lembrá-lo.

Com a prisão de Delcídio e André Esteves iniciaram-se várias repercussões na mídia, como se fosse uma tempestade nunca vista antes no Brasil, provocando um mar de escombros. Delcídio e Esteves foram presos em 25 de novembro de 2015. Na semana seguinte, em 02 de dezembro, o PT declarou que votaria contra o deputado na Comissão de Ética. Em 07 de dezembro o então ex-presidente Michel Temer definiu o seu lado no conflito, publicando sua carta de desabafo. Logo no dia seguinte, Cunha comandou uma votação secreta para a composição da Comissão Especial e que, nesse momento, conseguiu derrotar o governo (LIMONGI, 2017)

Limongi (2017) afirma que Cunha comandou a votação secreta para a composição da Comissão Especial, na qual derrotou o governo. A chapa apoiada recebeu 272 votos, contra lamentáveis e desprovidos 199 votos da base governamental. No dia 12 de dezembro, com a Operação Catilinárias, geraram-se conseqüências diretas das revelações de Delcídio, Esteves e da Delação de Fernando Baiano. A Polícia Federal cumpriu o mandado de busca nas casas de Eduardo Cunha. Em 16 de dezembro, Janot apresentou o pedido de afastamento de Cunha e de suas funções ao ministro Teorizvascki. No dia seguinte, o STF aceitou o recurso apresentado por governistas e invalidou o rito adotado por Cunha, para apreciar o impeachment de Dilma Roussef. É importante notar que a corrida e a troca de tiros envolveram apenas Cunha e Janot, o governo somente assistia quem iria cair primeiro.

No meio de todo esse caos, e o governo em crise, no olho do furacão, o STF aproveitou para descansar, tirando férias e utilizando do recesso para curtir o verão. Nesse movimento, o Supremo deixou algumas pendências com relação a como seria a definição da última dança, movimento certo para o impeachment e a resposta ao pedido de afastamento de Cunha (LIMONGI, 2017).

Cunha, por outro lado, quando viu o processo de impeachment, sabia que não estaria sozinho. Sabiamente, tinha o conhecimento de que também não contaria

apenas com o apoio da oposição. Nesse caso em específico, a adesão do vice-presidente a operação de impeachment ofereceria, para os políticos ameaçados pela Lava jato, a chave certa para o lugar seguro. Cunha e Temer colocaram tudo a perder e arriscaram com as suas últimas cartadas. Temer precisava com urgência assumir a presidência para fazer o que Dilma mostrara-se incapaz de fazer: oferecer proteção aos amigos e a si (LIMONGI, 2017)

De acordo com Limongi (2017), quando houve o embarque na operação de impeachment, o enredamento de Temer na Lava jato era gigantesco. Como resultado da Operação Catilínárias, trechos mais que comprometedores de diálogos entre Cunha e Léo Pinheiro, que continham referências a Temer, foram vazados. Os protegidos dos líderes do PMDB, Sérgio Machado, diretor da Transpetro, caiu na rede de investigações. O mesmo mencionava “favores” prestados a Temer e seus amigos. É verídico que tantas outras revelações, como as contidas na delação de Cerveró, haviam tirado o vice-presidente da zona de conforto.

Nesse meio tempo, o importante para as lideranças partidárias era encontrar bases para um acordo de proteção mútua. Caberia escolher entre Dilma e Temer, ou seja, apoiar ou não ao impeachment, levando em conta a proteção que poderia ser oferecida a Lava Jato. O juiz Sérgio Moro, disposto a ser reconhecido como aquele que acabou com a balbúrdia dos cofres públicos, não perdeu tempo e encarregou-se de entregar as provas finais da inviabilidade do governo. Com esse movimento, a condução coercitiva de Lula mostrou que a Lava Jato armava um bote certo sobre o PT. Dias depois, ao dar publicidade das gravações que impediram com que o ex-presidente assumisse o ministério, lançou-se a verdadeira caçada sobre governo Dilma Rousseff. Lula poderia ter jogado a sua cartada final, comandando uma operação análoga a prometida pela dupla Cunha-Temer, mas não o fez. Dilma Rousseff, sem direção de seu mentor e padrinho, já havia dado provas mais do que suficientes de sua fragilidade. Um governo incapaz de nomear um ministro não seria capaz de proteger ninguém. Sem a governabilidade tradicional e sem popularidade, havia poucos recursos que pudessem salvar o governo do ataque previsível de seus inimigos. (LIMONIGI, 2017).

1.3 - O significado da interrupção do governo Dilma para a democracia brasileira.

O partido dos trabalhadores criou uma série de transformações, e logo que finalizou a sua chegada ao poder federal, em 2003, foi ainda mais a fundo nesse processo de blindagem da democracia liberal brasileira (DEMIER, 2017).

De acordo com Demier (2017), o PT passou de um partido que lutava contra o crescimento do neoliberalismo, nos anos de 1990, a um partido executor da mesma ideologia. Nesse sentido, são observáveis os avanços e contrarreformas neoliberais, por mais que sejam de um teor menos elevado. Dessa forma, fez-se com que, a partir da década seguinte, o PT instaure o hiato entre as aspirações populares por direitos e as instâncias decisórias do poder político.

Nesse contexto, é notória que as reivindicações por reformas sociais, isto é, as mesmas implementações que estão asseguradas pela Carta Constitucional de 1988, já não foram implementadas de uma maneira significativa, nem mesmo amainado nos poderes da República.

Demier (2017) sinaliza que a democracia liberal brasileira criou raízes parecidas com a dos liberais europeus que, de regimes políticos reformistas, fundado em pactos sociais (capitalismo regulado com ampliação de direitos), criados na pós-Segunda Guerra, metamorfosearam-se por meio da ofensiva neoliberal, que foi iniciada em fins da década de 1970, em regimes políticos contrarreformistas.

Nesse sentido, esses regimes são baseados em concertações sociais (capitalismo desregulado com redução de direitos), na mediocridade entre os militares e o Parlamento e entre o povo e a Presidência, por fim, construído.

De acordo com Santos (2017), é necessário refletir sobre a democracia contemporânea, como se ela fosse inocente sobre as diversas situações nas quais vêm sendo submetida. O estereótipo é de que os países da América do Sul têm uma ficha criminal longa de golpes de Estado, isso porque realmente existe uma profunda cicatriz, ao contrário das previsíveis e cronometradas lembranças das práticas democráticas.

A investigação dessas práticas democráticas e suas consequências, ou interferências golpistas, como se as últimas fossem originadas em um universo

paralelo ao democrático, constituiu uma página de equívoco sobre o que é a democracia.

Demier (2017) explana que, diferente das burguesias europeias, a burguesia brasileira mostrou-se que, em momentos de crise econômica, não pode suportar no poder aqueles da “ala da esquerda” do partido da ordem, isto é, não pode suportar os moderadores do seu próprio partido. De uma maneira crescente, ao longo de 2015 a 2016, o PT, aos olhos da burguesia brasileira, passou a ser visto como um partido incapaz de implantar as contrarreformas e o ajuste fiscal no grau, no ritmo e na intensidade exigida pela crise econômica, nos quadros do capitalismo periférico.

Nesse contexto, é possível que a burguesia não acreditasse mais que o Partido dos Trabalhadores estivesse criando contrarreformas e o radical ajuste, que evidenciasse a incapacidade de controlar os jovens e massivos setores precarizados da classe trabalhadora, onde eventualmente poderiam vir a levantar-se contra os inadiáveis planos de “austeridade”.

Demier (2017) pontua que a burguesia brasileira exhibe todo o seu incômodo autocrático aos preceitos liberais-democráticos, cassando o sufrágio universal de 2014, com uma naturalidade assustadora. A classe acreditava que daria um fim ao inconveniente cenário de inconvenientes sem fim. A classe dominante, e seus representantes políticos, jornalistas e juizes, atingiu o impeachment e, uma vez livre dos seus representantes inconvenientes de esquerda, colocou em prática seu plano contrarreformista.

De acordo com Santos (2017), golpes parlamentares são fenômenos genuinamente inéditos na história das democracias representativas. Nesse sentido, no cenário recente de molde e confecção, são poucos os episódios disponíveis para essa análise, mas que, através do instrumento da ciência política, da sociologia e do direito, pode-se, na melhor das hipóteses, elucidarem as condições antecedentes e a descrição fenomenológica de um tipo de violência, isenta, contudo, de escandalosas e indisfarçáveis transgressões constitucionais.

É admissível que o assalto noticiado no Paraguai, em junho de 2012, tenha criado um padrão de semelhança com o Brasil. Nesse momento, não há a pretensão de trazer ao debate o cenário político paraguaio, nem mesmo pensar na familiaridade com a vida política desse grupo para sugerir comparações. Todavia, a sentença do Tribunal Internacional da Democracia, reunido no Rio de Janeiro, em 19 e 20 de julho

de 2016, concluindo constituir o golpe de Estado de impedimento da presidenta Dilma Roussef, fez com que criassem semelhanças com o episódio paraguaio.

Nesse sentido, Santos (2017) explana que, no Paraguai, o Parlamentar aprovou o impedimento do presidente Fernando Lugo, por iniciativa de um político de próprio partido, em sessão de 24 horas, com duas horas reservadas para a defesa. Na Câmara, a votação registrou 76 votos a favor, um contra e três ausentes: no Senado, foram 39 votos pelo impedimento e quatro contra. Nesse sentido, o Tribunal Superior de Justiça Eleitoral considerou legítimo o processo.

Nessa circunstância, esse novo tipo de golpe acaba alterando substancialmente as contingências sociais e políticas geradas, bem como a dispersa parte da coalização a qual viabilizou a destituição do governo anterior. Ao contrário dos golpes militares que, se forem bem-sucedidos, buscam logo consolidar as condições para a sua proteção, desalojando os oficiais opositores de posições de poder e introduzem pela força física, se necessário, as modificações propícias para a estabilização.

Santos (2017) afirma que os golpes parlamentares, em democracias representativas, dispensam a liderança e a violência institucional escandalosa, armada ou jurídica. Cria-se o oposto, move-se através da cautela, aparentando virtude na administração das instituições, em contraste com os conhecidos golpes civis, que requerem transmutações legais, emprestando verniz de legitimidade à ocupação fraudulenta do poder.

Com esse aspecto ar de tranquilidade, em pouco mais de 24 horas, a opinião pública acredita no que está acontecendo. Dessa forma, as dúvidas acabam desaparecendo e, no Brasil, a temperatura e a pressão das políticas, anteriores ao golpe, embora com a dramática e generalizada consciência de que a bem-sucedida engenharia do assalto não garanta a estabilidade do governo. Lacônica declaração jurídica de que havia um novo governo, com a indefectível justificativa de sua existência e enumeração de propósitos, provocou no Brasil, a imediata reação de desconforto em certos partícipes da ilegalidade cometida, mantida a reação, entretanto, acobertada nos corredores do legislativo.

Demier (2017) pontua que depois que o sufrágio universal foi devidamente cassado, os gastos com Saúde e Educação foram congelados; os salários, rebaixados;

a jornada de trabalho expandida; as manifestações reprimidas; e o fundo público converteu-se, sem peias, em um patrimônio exclusivo dos rentistas e seus asseclas.

Sobre as garras de o governo Temer, o regime *democrático-blindado* brasileiro atinge seu fastígio e, desfazendo-se de seus rebuços, aos quais vertebravam sua legitimidade enquanto forma de dominação política de classe, exhibe sua verdadeira natureza. Ao ser elevada ao paroxismo, a *democracia blindada* apresenta-se tal como ela é. Ao se supressumir, ela se realiza, e, ao se realizar, revela a sua verdade, isto é, revela-se falsa e expõe seu conteúdo falsamente democrático (DEMIER, 2017).

Quanto mais se afirma, desde o golpe, a existência do “Estado Democrático de Direito” no Brasil, mais se encaminha para um estado onde milhões estarão, na prática, sem democracia verdadeira e direito concreto algum. Nesse sentido, como toda e qualquer democracia liberal, cria-se uma forma de dominação hegemônica que combina de modo equilibrado elementos coercitivos e consensuais. O atual regime democrático brasileiro repousa sua legitimidade, sua eficácia enquanto instrumento classista de dominação política. Na *ficção* da igualdade, expressa *realmente* na igualdade formal, jurídica, que garante a todo *cidadão* (a categoria *ficcional* por excelência da democracia burguesa) uma vasta gama de direitos. Não obstante as profundas diferenças econômicas e sociais entre eles, todos os cidadãos podem, pela lei, reunir, opinar, expressar, manifestar, preservar seu lar e por correspondências invioláveis, fazer uso de hospitais públicos e frequentar escolas gratuitamente, além, claro, de lançar mão de seu sufrágio para escolher seus governantes (DEMIER, 2017).

Demier (2017) afirma que o governo Temer mostrou que, diferentemente das formas pretéritas de democracia ao redor do globo, seu funcionamento já não era tão dependente assim da chamada “legitimidade popular”, pelo menos com relação ao apoio prestado pela dita “opinião pública” aos governos de turno.

As *democracias blindadas* têm, nos meios de comunicação em massa e nos grandes conglomerados empresariais-midiáticos, uma de suas principais fontes de produção do consenso. Por meio de seu discurso ideológico, que se pronuncia normativamente sobre os vários âmbitos da vida social, as corporações midiáticas ajudam a executar cotidianamente a *blindagem* das atuais democracias.

Diferente das formatações anteriores da democracia liberal, a grande imprensa parece, nas *democracias blindadas*, executar uma função interna, basilar do regime e não mais apenas uma função complementar, “externa”, limitada a apoiar/referendar os

mecanismos de dominação vigentes. Agora, ela é um dos sujeitos que engendra estes próprios mecanismos, ela é uma das próprias instituições de um regime democrático dotado de um sentido visceralmente contrarreformista (DEMIER, 2017).

O caso brasileiro talvez seja exemplar quanto a isto. Atuando como o principal partido do capital, pautando a agenda econômica, política e cultural do país, a grande imprensa (produto de concessões e financiamentos públicos, diga-se de passagem) torna-se, em um contexto de contrarreformas e ataques aos direitos em geral, responsável pelo fornecimento de uma parte cada vez maior dos ingredientes consensuais do regime democrático contemporâneo. Nesse sentido, quanto mais os direitos são atacados e, portanto, quanto mais o substrato real do consenso é esvaziado, maiores e mais necessárias são as dosagens ideológicas fornecidas pelos *massa*, como pode ser verificado nos dias atuais (DEMIER, 2017).

Nos dias atuais, de crise, a força parlamentar reformista de esquerda mostra-se tão inofensiva diante de seus inimigos, que a classe trabalhadora não sabe mais em quem confiar. Por toda a condição em que os brasileiros estão vivendo, nessa conjuntura, o caminho para uma consequente luta socialista de massas no Brasil encontra-se a cada dia mais longe

CAPITULO 02 - As alterações na política de assistência social nos governos Temer e Bolsonaro.

2.1. A luta para a construção do Sistema Único da Assistência Social e as principais diretrizes da política de assistência social nos governos do PT.

De acordo com Souza (2017), a assistência social desenvolveu-se ligada a caridade. Durante o seu período de desenvolvimento era naturalizado associar assistencialismo, benemerência e solidariedade religiosa, na concepção de assistência social.

Em 1942 foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), durante o Governo do então presidente Getúlio Vargas. Nesse primeiro momento esse modelo de Assistência surgiu a partir da iniciativa pública, com a finalidade de trazer assistência aos familiares dos combatentes da Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, essa foi a primeira instituição de cunho assistencial do governo, criada pelo Estado, a nível nacional, mesmo que ainda carregasse consigo uma assistência com caráter assistencialista e filantrópico. É interessante salientar que, nesse período, a assistência era uma atividade atribuída à primeira-dama, trazendo consigo uma responsabilidade secundária as prioridades do governo, concepção que perdura até os dias atuais.

Desde sua criação, a assistência não teve nenhuma alteração e continuou com o seu caráter benevolente da assistência social até 1985, mesmo com diversas modificações no âmbito da proteção social durante o Regime Ditatorial.

Souza (2017) afirma que somente a partir de 1985 houve a tentativa de inserir a assistência no plano de governo, como política social. Isso ocorreu no I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (IPND), mas, infelizmente ela não conseguiu materializar-se como direito de fato.

Os brasileiros só começaram a ver mudanças nessa concepção devido ao empenho da sociedade civil organizada em transformar assistência social em direito social. Começou-se a desenvolver essas mudanças devido às lutas sociais pela redemocratização ocorrida entre o final da década de 1970 e no início dos anos 1980.

Souza (2017) pontua que esse movimento sinalizou uma inovação, antes nunca vista no Brasil, e que, a partir desse momento, o governo passou a assumir as responsabilidades com a política de assistência social, mesmo que de forma muito superficial.

Como sinalizado anteriormente, a Política de Assistência Social passou por inúmeros desafios, até ser considerada, ao menos no plano legal, como política pública de direito de todos e dever do Estado. Isso só veio acontecer no final dos anos de 1980 com a promulgação da Constituição Federal em 1988, atrelada com a criação do conjunto de aparatos normativos para orientar a sua implantação e implementá-la de fato. Nesse sentido, a partir da Constituição, a assistência social passou a fazer parte da Seguridade Social brasileira, juntamente com a política de saúde e de previdência, sendo de caráter não contributivo e destinado as pessoas que se encontram em situação de extrema pobreza, objetivando garantir o mínimo social para a população pobre.

É nesse contexto que a Constituição Federal de 1988 inaugura a nova fase acerca do significado legal sobre a Seguridade Social e que a inscreve na política de proteção social, articulada a outras políticas sociais.

Para tanto, a Proteção Social consiste na forma “institucionalizada que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros”. (PNAS/2004 apud DiGiovanni, p.34), ou seja, a proteção social deve garantir a sobrevivência dos indivíduos em todos os seus níveis de necessidades. (PNAS/2004)

Souza (2017) explana que, para regulamentar e institucionalizar a então recém-formada Política de Assistência Social, foi criada, em 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS que traz consigo um novo caráter para a assistência social, enquanto política pública, fornecendo um sistema de gestão descentralizado e participativo. O eixo dessa política está contido na criação do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, no qual deve fiscalizar, adjunto com as demais instâncias do controle social, como a política está sendo gestada.

Nesse sentido, com a criação da Política de Assistência Social, foram fundados outros instrumentos para regulamentar e normatizar a política, tais como: A Política Nacional de Assistência Social - PNAS e, a partir da IV Conferência Nacional de Assistência Social, foram deliberadas as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Em seguida foram criadas as Normas Operacionais

Básicas – NOB 97/98/2005 e, por último, a NOB/SUAS 2012. Esta última retoma a NOB anterior a ela e regulamenta novas definições da PNAS.

Desta forma, segundo a PNAS:

O SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, co-financiamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes têm o papel efetivo na sua implantação e implementação. (PNAS, 2004, p.39)

De acordo com Souza (2017), com a NOB/SUAS e a PNAS os serviços socioassistenciais desenharam um conjunto de ações integradas que deveriam ser desenvolvidas pelo poder público e pela sociedade civil, no intuito de operacionalizar programas e projetos assim como serviços e benefícios de assistência social.

É interessante ressaltar como foram definidos os benefícios assistências durante essa jornada inicial da Política de Assistência Social. Definiu-se em três modalidades: a) O Benefício de Prestação Continuada (BPC), que é prestado a pessoa com idade a partir dos 65 anos, ou pessoas com deficiência, com renda média inferior a 25%. B) os Benefícios Eventuais, que correspondem a auxílios por natalidade, morte ou para suprir alguma necessidade imediata advinda de situações de vulnerabilidade social. C) a última modalidade que é o benefício socioassistencial que representa a Transferência de Renda, tratando-se do repasse financeiro direto para o beneficiário do programa social, na forma de acesso à renda, a fim de prover os mínimos sociais aos que vivem em situação de pobreza, ou qualquer tipo de privação que os impeçam do acesso aos direitos e condições de cidadania (SOUZA, 2017).

De acordo com Souza (2017), a construção de uma nova lógica para a política de assistência social deu-se, entretanto, no contexto do avanço do neoliberalismo no Brasil, o que comprometeu a materialização da Constituição Federal de 1988 e da LOAS. Assistiu-se, por exemplo, ainda nos anos de 1990, a transferência de responsabilidade do Estado para a esfera do voluntariado das “empresas socialmente responsáveis”, dando maior destaque para o terceiro setor e as Organizações Não

Governamentais (ONG's), as quais passam a ser responsáveis por viabilizar o atendimento das necessidades sociais, reafirmando a tendência da filantropia.

De acordo com Mota (1995), nesse contexto, a classe dominante passa a tratar a política de assistência social “como mecanismo de enfrentamento das desigualdades sociais, típicas das relações que se estabelecem no capitalismo”.

Nesse momento, a assistência social ultrapassa o campo da proteção social, constituindo-se, também, como um “fetiche social”. Isto porque ela é relacionada, de forma direta, com as desigualdades sociais produzidas pelas contradições geradas na sociedade capitalista. Portanto, a assistência social, de acordo com Mota (1995) e, conforme nosso entendimento, determinada pela produção material e reforçada na esfera da reprodução da vida social como prática política.

No Brasil, os programas sociais atenderam às orientações do Banco Mundial (BIRD) para a “redução da pobreza eficaz em termos de custo, através de ‘programas sociais focados e compensatórios’. Tais programas demandam cortes no orçamento destinado às políticas sociais, incluindo os recursos para saúde e educação.” (COGGIOLA, 2013, p. 78)

Nesse momento é possível entender porque, na maioria das vezes, a assistência social desenvolvida no âmbito estatal, é reduzida a programas compensatórios e focalizados na extrema pobreza, desconsiderando as demais expressões da “Questão Social”.

Observou-se, então, um vácuo entre o postulado, na Constituição de 1988 sobre a política de assistência social, e o modo como os seus programas são implementados, de fato. Entretanto, acredita-se que seja de grande importância salientar que o desenho da política de assistência social não se resume apenas aos programas de transferência de renda. Há um amplo leque de serviços sócio-assistenciais destinados para a população.

Durante esse árduo caminho da construção da Política de Assistência Social, no Brasil, é necessário ir mais a fundo com relação aos governos que deram atenção para essa política. Um desses governos, em específico, é o de Luís Inácio Lula da Silva.

De acordo com Almeida (2004), em 1^a de janeiro de 2003, Lula assumiu a Presidência do Brasil e isso significou a grande primeira mudança das elites governantes no país, desde o final do regime militar, em 1985. Nota-se que até então

o PT foi o único dos setes maiores partidos brasileiros que sempre estiveram na oposição, no âmbito federal.

Nesse sentido, compreende-se que a oposição ao regime autoritário formou-se em nome do restabelecimento das liberdades civis e das instituições democráticas, ou seja, da reestruturação das relações federativas mediante a descentralização e do resgate da dívida social, que foi acumulada por um padrão de crescimento ao qual reproduzia a pobreza e multiplicava as desigualdades.

De acordo com Souza (2017), o Governo de Luís Inácio Lula da Silva trouxe grande expectativa de mudanças referente às políticas de assistência social, devido ao Partido dos Trabalhadores ser um partido de esquerda e que apresentava um discurso em uma perspectiva contrária aos dos governos anteriores, como o de Fernando Henrique Cardoso.

Não demorou muito para que Lula apresentasse mudanças, trazendo consigo a inauguração do programa Fome Zero, com o objetivo de transferir, para as famílias em situação de pobreza extrema, uma renda mensal com o valor inicial de 50 a 250 reais, que variava de acordo com a quantidade de crianças na família. Através deste programa, Luiz Inácio Lula da Silva deu início às ações de seu governo na área social e já se mostrava como uma medida paliativa, mas que tornou seu governo bastante popular entre as populações em situação de miséria, sobretudo no Norte e Nordeste brasileiro (SOUZA, 2017).

Almeida (2004) pontua que Lula e seus aliados buscavam um discurso eleitoral forte e eficaz que consistia basicamente em enfatizar a magnitude da pobreza e das desigualdades existentes no país, além, é claro, de apresentar para a oposição que seria possível vencê-la. Sua retórica ignorava os avanços de uma década e meia de democracia, em consequência da ação de governos, elites técnicas e movimentos sociais — muitos das quais, por sinal, ligadas ao próprio PT. Lula buscou seguir passos diferentes, introduzindo a sua própria maneira de fazer política e, ao contrário de todos, ressaltou a natureza secular dos problemas nacionais, condicionando essa mudança a sua grande vitória.

Essa mudança citada anteriormente desenvolveu-se mais pela força da imagem do candidato e de seu partido do que pela simples definição das propostas, contudo, Lula introduziu um conteúdo social preciso: a redução substancial da

pobreza e das desigualdades, a inclusão plena dos milhões de pobres pelo Brasil afora.

Nesse governo, as ações no âmbito da assistência social abrem caminho para a criação da PNAS/2004 e da NOB/SUAS em 2005, ambas já abordadas anteriormente. Essas criações pretendiam gerir a política de assistência, instaurando em nível nacional o “mesmo regime geral de gestão e alcance da política brasileira de assistência social, com a perspectiva de responder à universalidade de um direito de cidadania”. (SPOSATI, 1977 apud LEITE, 2006, p. 5).

De acordo com Souza (2017), um ponto mais do que central, durante o governo petista, foram os programas de transferência de renda, que foram tidos, inicialmente, como uma iniciativa de combate à pobreza e a fome. Esses programas de transferência de renda constituíram-se no governo Lula como o seu carro-chefe, no âmbito das políticas sociais, na qual certamente trouxe implicações nas eleições de 2006. Deve ser ressaltada a sua reeleição, bem como a eleição da então presidente Dilma Rousseff, a qual foi destituída de seu posto de presidenta, não cumprido todo o mandato, sendo substituída pelo vice-presidente de seu governo, Michel Temer.

2.2 As análises sobre os impactos do golpe de 2016 na política de assistência social

Como ponto de partida nessa contextualização, é interessante criar uma reflexão sobre a importância da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que traz importantes mudanças para o cenário político, econômico e social, como visto anteriormente. A Constituição Federal de 1988 postulou uma integração das políticas de saúde, assistência social e previdência social, composição esta que forma a Seguridade Social, fazendo com que o Estado tenha a responsabilidade de garantir a proteção social para todos os/as brasileiros.

De acordo com Aragão (2019), pode-se observar que, desde a implantação do SUAS, até os dias atuais, a sociedade conseguiu alcançar muitos avanços e conquistas, as quais foram fundamentais para a consolidação da política de assistência social brasileira, apesar dos desafios. É interessante destacar que o SUAS postula que o seu processo de implantação e aprimoramento deve desenvolver uma

estrutura de acordo com a realidade e a necessidade dos entes federados e da realidade local.

Aragão (2019) afirma que, entretanto, as diversas conquistas, tanto em relação à garantia dos direitos dos/as cidadãos/ãs, quanto à implementação da política de assistência social e do próprio SUAS, vem sofrendo, desde o governo Temer, severos ataques. Desde o golpe de 2016, assistem-se reformas, cortes e reduções nos orçamentos destinados para a política de assistência social e para as demais políticas sociais. Encontra-se em franco desmonte e retrocesso as políticas sociais, em especial a do SUAS.

Para os autores, Santos, Bonete e Matiello (2018), o grande retrocesso, que foi imposto pelo governo ilegítimo de Temer, desenfreou profundos cortes no orçamento de 2018 para o SUAS, chegando a mais de 99% nas ações de estruturação da rede e manutenção de serviços de assistência social. Isso é algo que tem sido preocupante, pois inviabiliza a continuidade deste sistema e coloca em risco a execução da política de assistência social, pois a atual conjuntura demonstra uma tendência exorbitante de retrocessos, no contexto das políticas sociais. (SANTOS, BONETE e MATIELLO, 2018)

De acordo com Duarte (2019), com a nota referente ao deficit orçamentário da política de assistência social (2019), o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, composto por representação governamental e da sociedade civil, no uso das competências que lhe atribui a LOAS, aprecia e aprova, por meio de Resoluções, as Propostas Orçamentárias apresentadas pela Secretaria Nacional de Assistência Social –SNAS para a Política de Assistência Social. Porém, nos anos de 2017, 2018 e 2019 a Lei Orçamentária Anual -LOA não tem contemplado, na plenitude, os valores aprovados pelo Conselho para as Ações destinadas ao apoio à gestão e a execução dos serviços, programas e projetos ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social –SUAS.

É de extrema importância lembrar que em 2017 o deficit foi de 21,76%, em 2018 foi de 37,52% e em 2019 foi de 29,16%, evidenciando as reduções orçamentárias nas quais afetam diretamente os valores que são repassados para o aprimoramento da gestão e execução dos serviços, programas e projetos cofinanciados pela União e Transferidos ao Estado e municípios. Os serviços são ofertados de forma continuada e planejada para a população em situação de

vulnerabilidade social, ou seja, o déficit está prejudicando diretamente o desenvolvimento e atendimento dos usuários da Assistência Social, além de dificultar a manutenção dos equipamentos e a permanência dos trabalhadores no SUAS (DUARTE, 2019).

É nesse contexto que Aragão (2019) explana a jornada desafiadora que o SUAS vem enfrentando devido aos impactos causados pelas contrarreformas no país.

É notável que o corte de recursos e os desmontes de direitos sociais, que vem acompanhando os governos neoliberais, não estão prejudicando apenas a política de assistência social, mas também o acesso e a garantia aos direitos dos/das cidadãos/ãs, além do próprio Sistema Único de Assistência Social. Reforça-se cada vez mais a ampliação do processo de desmonte no país.

Os Avanços na construção do SUAS vêm sofrendo profundo retrocesso desde 2016, num contexto de desmonte do Sistema de Proteção Social brasileiro, cuja expressão mais perversa é a destituição de direitos sociais historicamente conquistados por lutas sociais dos trabalhadores. Inaugura-se um contexto conservador, de acirramento do neoliberalismo, no qual a Política de Assistência Social, política não contributiva, direcionada aos pobres, é amplamente atingida e os pobres são criminalizados e responsabilizados pela sua situação de pobreza e por possíveis desvios na implementação dos programas sociais a eles destinados (SILVA, 2018, p.3).

Aragão (2019) explana que estes inúmeros desmontes de direitos sociais, em decorrência da redução de investimentos no governo de Michel Temer, causam momentos de instabilidade e insegurança aos brasileiros e aos profissionais na execução desta política.

Essas instabilidades não são recentes, são oriundas da década de 90, como retrata os autores Santos (2017), Silva (2018):

Nos anos 1990, o Brasil sofre a ofensiva Neoliberal que trouxe um conjunto de medidas que afetou profundamente as Políticas Sociais com a privatização, flexibilização, parceria com as Organizações Não Governamentais (ONGs) e um Estado mínimo na área social. (SANTOS, 2017, p.2)

É nesse contexto de retrocessos que Aragão (2019) sinaliza a perda dos direitos sociais, através das várias reformas, reduções dos gastos públicos e cortes no orçamento da assistência social, ameaçando a manutenção do SUAS, afetando diretamente as políticas sociais e os direitos sociais da população usuária.

De acordo com Duarte (2019), o SUAS atua como uma política setorial que garante o sistema de proteção social e sua fragilização impacta no baixo desenvolvimento social e econômico.

Nesse sentido, o baixo investimento na política pública de assistência social enfraquece diretamente o combate ao empobrecimento da população, marcado pelo aumento do índice de violência familiar e social (COGGIOLA, 2013), considerando que há 8.155 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), 2435 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS e 236 Centros Populares). (PNAS, 2004).

Mesmo com a articulação dos profissionais, ainda é fato dizer que a pobreza cresceu nos últimos anos, sendo imprescindível para a/o assistente social um olhar sobre a atual conjuntura, atuando através de uma melhor intervenção com o público atendido e a realidade onde vivem os mesmos.

Nessa perspectiva, Aragão (2019) explana que as políticas públicas estão sendo, a todo o momento, bombardeadas. Podem ser lembrados os episódios de congelamento por 20 anos nos orçamentos direcionados as várias políticas públicas, os quais afetaram diretamente os financiamentos direcionados à política de assistência social.

De acordo com Carvalho (2017), o Brasil vivencia momentos de crises econômicas, na política e de democracia capturada pelo capital, com o poder político submetido ao poder econômico.

Entretanto, Silveira (2017) retrata sobre o processo de regressão da política de assistência social, no Brasil, e dos retrocessos que tem colocado o SUAS em risco diante do aprofundamento do neoliberalismo que atinge o país num momento marcado pelos avanços das contrarreformas e pela redução dos direitos sociais, colocando em risco a democracia.

Portanto, Carvalho (2017) faz uma análise mais profunda quanto à situação atual do Brasil que é marcada por retrocessos, crises e golpes, afetando os direitos sociais, a assistência social e a Seguridade Social. Segundo essa análise, o “Golpe de 2016 constituiu um ponto de inflexão na consolidação do SUAS, interrompendo, de forma brusca e autoritária, o processo de avanços da política de assistência social, na contemporaneidade brasileira” (CARVALHO, 2017, p.11).

Os autores Jesus e Lopes (2017) descrevem sobre as consequências advindas das ações de Michel Temer que afetam a assistência social e a Previdência Social. Já Santos e Bonetti (2018) relatam sobre o desmonte na assistência social com destaque para o Governo Temer. Veroneze (2017) também direciona seus estudos sobre a ameaça causada por este governo o qual atinge a assistência social e os direitos sociais.

Castro (2016) aponta dois ciclos no desenvolvimento do SUAS. O primeiro inicia-se com sua criação, em 2005, indo até 2011, com a reformulação da LOAS. O segundo ciclo situa-se entre 2012 a 2016, período de consolidação do Sistema, contudo, interrompido com o golpe institucional do governo Temer, em maio de 2016. No primeiro ciclo, destacam-se questões formuladas, categorias de referência e normas legais para orientar a Política de Assistência Social, com destaque às NOB/SUAS, a NOB/RH e a tipificação para padronizar e orientar a implementação dos serviços, em todo o território nacional.

Duarte (2019) pontua que o segundo ciclo (2011 a 2015), o qual foi marcado pela consolidação do SUAS e incluiu outros conceitos como classes sociais, precisão de concursos públicos, qualificação e educação permanente assim como a inclusão do planejamento, com adoção dos planos decenais. A Conferência Nacional da Assistência Social, em 2015, com o tema —O SUAS que temos, o SUAS que queremos, é destaque deste período, trazendo para cena o usuário, com significativa participação nas conferências, registrando a existência de Fóruns Estaduais e Municipais de Usuários.

O desmonte do SUAS coloca em risco uma rede de mais de 8 mil CRAS e de 2.500 CREAS; o referenciamento de 30 milhões de famílias; a capacidade instalada com mais de 160 mil vagas para proteção em acolhimento institucional; o atendimento diário a milhares de pessoas em situação de risco, com direitos violados; fragiliza a gestão do trabalho de uma rede de mais de 600 mil trabalhadoras/es. O desmonte ameaça e penaliza milhões de brasileiras/os que acessam os benefícios socioassistenciais como direito; as mais de 4,5 milhões de beneficiários do BPC e os mais de 13,7 milhões de famílias do PBF; a população excluída da proteção contributiva, da proteção pelo trabalho, desempregados/as, que vivem a insegurança social” (FRENTE NACIONAL EM DEFESA DO SUAS, 2018, p.1)

Aragão (2019) pontua que é gravíssimo e preocupante essa onda conservadora no desmonte do SUAS, desde o governo de Michel Temer. Com o avanço das suas medidas neoliberais e as reformas trabalhistas e previdenciárias

ocasionou-se o desmonte dos sistemas públicos, tendo como consequência a destruição dos direitos sociais.

Silva (2018) expõe que o mérito substitui o direito, instituindo-se um espaço para radicalização da fiscalização e culpabilização dos pobres, considerados potencialmente transgressores, transformando-os de cidadão/ãs para devedores.

Explícita também a diferença entre os dois projetos de proteção social, referenciados em diferentes concepções de pobreza e de proteção social: um conservador, meritocrático, descontextualizado, focalista e pontual, desconsiderando a determinação estruturada da pobreza, adotando a velha porta de saída. O outro projeto seria de natureza progressista, orientado pelo direito e concebendo a pobreza na sua determinação estrutural.

A desestruturação da Seguridade Social materializa-se com a redução de recursos para o financiamento do SUAS, no orçamento de 2018, no Governo Temer. Contudo, a disponibilidade de recursos para a política de assistência social já vinha sendo comprometida, considerando que o orçamento de 2015 só foi aprovado em agosto, ficando 18 meses sem liberação de recursos para transferências mês a mês (SILVEIRA apud SILVA, 2017).

Iniciou-se nesse meio tempo um processo chulo de desfinanciamento público da Política de Assistência Social, sendo mantidos os recursos destinados para o Bolsa Família e os Benefícios de Prestação Continuada (BPC) (SILVA, 2018).

Como Silveira (2017) expõe na entrevista, no *blog mais sua*, é preciso reagir e ocupar espaços deliberativos de participação e não achar que a solução encontra-se apenas na esfera do Estado. Existe a necessidade de se construir uma agenda de interesse da sociedade, dos usuários dos serviços sociais e da classe que vive do trabalho.

Nessa perspectiva, é possível entender que o desmonte e o retrocesso da política de assistência social e do Sistema único de Assistência Social aprimoraram-se desde o governo ilegítimo de Michel Temer (2016 a 2018).

Portanto, aquele governo que buscou unicamente fazer ajustes financeiros, contrarreformas, entre outras mudanças que ocorreram durante o seu mandato, prejudicou a manutenção e a ampliação dos direitos sociais, e a classe menos favorecida sofreu grandes consequências. Além disso, sobrecarregaram-se as políticas sociais, as quais não tiveram recursos suficientes para atender a demanda

que aumentou diariamente, ao ponto que, em vez de haver a ampliação dos recursos, assistiu-se aos cortes nos orçamentos direcionados as inúmeras políticas sociais.

E por último percebe-se que o seu sucessor, o atual Presidente Jair Bolsonaro, vem demonstrando decisões que mantiveram a valorização do neoliberalismo e desvalorizaram as políticas sociais. Em apenas três meses de seu mandato, priorizou a reforma da Previdência Social, trazendo como consequência retrocessos aos direitos sociais.

Desta forma, os usuários, gestores e trabalhadores da política de assistência terão uma grande luta pela frente, pois a onda de desmonte e retrocessos de direitos sociais, no Brasil, está apenas começando.

2.3. A consolidação das ameaças e do desmonte do SUAS no governo Bolsonaro.

Através das análises de cada período do governo Bolsonaro, compreende-se melhor que o impedimento de Dilma Rousseff não foi um fato isolado.

De acordo com Santos (2019b), o presidente Fernando Lugo havia passado por um processo parecido, no Paraguai, em 2012. Manuel Zelaya, mesmo não sendo um político típico de esquerda, também foi deposto em Honduras, em 2009, por contrariar os interesses da elite. Pode ser citado também o presidente venezuelano Hugo Chávez e Nicolás Maduro, ainda que sem sucesso, deixaram o país em uma situação de colapso.

Nessa perspectiva, Santos (2019) pontua que no final da segunda década deste século, o maior país da América do Sul está sendo desgovernado por um político de extrema-direita, desenvolvendo uma política ultraneoliberal e criando um grande desmonte do Estado.

É interessante observar as relações entre “estruturas ministeriais e pretensões governativas”. Vê-se que o enxugamento das estruturas ministeriais observadas na passagem dos governos Lula/Dilma para Temer/ Bolsonaro representam não apenas um discurso de redução de gastos públicos, sob uma ótica equivocada de ajuste fiscal, novamente em voga desde o golpe de 2016. Demonstra, sobretudo, um desejo de reorientação programática das políticas e gastos públicos, sob o comando de uma

visão de mundo liberal-conservadora, em termos ideológicos, como também anacrônicos e reducionistas, em termos do peso e papel do Estado, da economia e da sociedade na contemporaneidade (SANTOS, 2019).

Como visto anteriormente, Santos (2019) pontua que a agenda do combate à corrupção política, representada pela operação Lava Jato, serviu como forma de combater politicamente a esquerda. A agenda investigou e puniu apenas políticos desse espectro, vazamentos divulgados pelo site Intercept Brasil que vem tornando-se público. O protagonismo político de agentes públicos, no Ministério Público e no Judiciário, utilizando o Estado para promover suas preferências partidárias, é um tema que ainda será objeto de muitos estudos. Atingiu seu ponto alto ao condenar e prender Lula, em um processo crivado de irregularidades, tirando-o das eleições de 2018, onde o mesmo aparecia com favorito nas pesquisas.

De acordo com Santos (2019), não foi o PT e a esquerda que colheram os destroços do moralismo anticorrupção. Com o intenso processo de desmoralização da política, que tinha como alvo a esquerda que estava no poder naquele atual período de 2016, foram atingidos todos os partidos tradicionais como o citado PSDB e o antigo PMDB, agora MDB. Uma sigla até então insignificante, o PSL, elegeu deputados, senadores, governadores e o presidente da República, a partir de um discurso que misturava ataques aos direitos humanos, às minorias sociais, fanatismo religioso cristão e o já citado mantra do combate à corrupção.

Em relação à economia, apareciam apenas generalidades, bem ao estilo dos manuais de autoajuda, condenando a ineficiência do Estado e a necessidade de favorecer o empreendedorismo. Caso tivessem ocorrido debates, com o tema da economia no centro do palco, as dificuldades para a direita teriam sido bem maiores, pois teriam que explicar, para o eleitor, porque a redução dos direitos sociais seria a saída para a crise (SANTOS, 2019).

Dada à manutenção da crise hegemônica, potencializada com incríveis escândalos, com destemperos, com erros políticos, incapacidade do governo ao lidar com o Congresso Nacional, tanto o jornalismo progressista quanto a mídia tradicional passaram a falar no fim do governo Bolsonaro, atacando-o duramente. Nos primeiros três meses houve o pior desempenho entre os últimos presidentes – FHC, Lula e Dilma. Há espectros a assustá-lo. O mais assombroso deles, o caso Queiroz. Está meio submerso, esfriou, mas parece fogo de monturo: pode voltar a qualquer hora a

dependem do jogo que a mídia tradicional queira fazer. Tornou-se evidente que, depois da fase inicial, passou-se a fazer corpo mole quanto ao assunto (LEITE, et. al, 2019, p.59).

De acordo com Leite (2019), o governo Bolsonaro é detentor da crise, é a raiz de toda a instabilidade e do agravamento da crise hegemônica. Podem ser observadas trapalhadas, uma atrás da outra, alimentando a pauta jornalística e alcançando proporções mais que negativas, no Brasil e no mundo. Depois que o laranjal de Queiroz foi exposto e da ligação com milicianos, houve a divulgação do vídeo exibido durante o carnaval, pretendendo, com isso, reagir a seguidas manifestações contrárias a ele, durante a folia. E houve a celebração das ditaduras, repudiada até pela imprensa conservadora, além do bate-cabeça permanente com a presidência da Câmara Federal. A imagem da presidência da República vai se deteriorando numa velocidade surpreendente, certamente incomodando até setores que o cercam.

De acordo com Azevedo (2019), o governo Bolsonaro é um governo de guerra, de destruição, mais do que de construção. É um governo do contra, mais do que a favor. Geralmente os novos governos tentam minimizar os conflitos com seus adversários. O governo Bolsonaro não. Procura acirrar os conflitos com os chamados inimigos, para manter a sua tropa unida e atacar pretensos alvos da esquerda. Tudo foi “culpa do PT”! Não basta combater as idéias dos adversários. É preciso destruir os próprios opositores.

Azevedo (2019) pontua que tal governo é estruturado em núcleos distintos, com funções diferenciadas, na estratégia de ataque em pinça aos inimigos. Não é apenas uma disputa com adversários políticos e sim a destruição de todos os inimigos, o ataque que vai acontecer em várias frentes de batalha.

Nessa perspectiva, o governo usa de quatro núcleos de ação: os desmontadores, os ideológicos, os repressores e os militares. A questão da soberania nacional perpassa os diversos grupos, com nuances diferenciadas da importância das riquezas nacionais.

Entre os desmontadores, encontram-se os economistas que querem implantar políticas ultraneoliberais, desmontando todo o Estado que foi construído depois de 1930: legislação trabalhista, máquina produtiva do Estado, custeio das ações sociais,

investimento público, regulação dos setores privados. “Mais mercado e estado mínimo é o que querem” (AZEVEDO, 2019, p.67).

De acordo com Azevedo (2019), é interessante observar que nos primeiros dias do governo foi feito pouco além do que formular um programa de privatizações, ocupar os principais postos da máquina econômica do Estado e rascunhar uma proposta de reforma da Previdência, buscando desconstitucionalizar a Seguridade Social, ampliar a capitalização como fonte de financiamento da previdência e reduzir os custos com diminuição de direitos.

No Brasil, a Constituição Federal (CF) de 1988 estabeleceu a Seguridade Social como uma área de proteção social pública, integrada por três áreas de direitos: Saúde, Assistência Social (como proteção social não contributiva) e Previdência Social – o regime geral de previdência social (em caráter contributivo para o setor urbano e parcialmente contributivo para o setor rural). O modelo de proteção social brasileiro, estabelecido pela CF/88, ampliou as responsabilidades do Estado na garantia de renda e acesso aos serviços de Saúde e de Assistência Social para o cidadão (PINTO, 2019)

Pinto (2019) corrobora que o governo Temer (2016-18), com a proposta de reduzir a dívida pública, aprovou a EC 95/2016. O novo regime fiscal promoveu cortes no orçamento da Seguridade Social, afetando de forma drástica o orçamento da Política de Assistência Social e o Programa Bolsa Família. Os benefícios de transferência de renda (BF e BPC) passaram a ser alvo de sistemático controle com objetivo de reduzir os gastos sociais. Apesar de não alterar a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), as medidas operacionais para concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) exigem a inclusão do beneficiário no Cadastro único e uma verificação rigorosa por meio do CPF dos membros da família, da condição de renda, trazendo um endurecimento na avaliação da condição de deficiência e rigor na fiscalização das condicionalidades do Programa Bolsa Família. O programa prevê a suspensão e cancelamento de benefícios, numa lógica punitiva e controladora da população beneficiária.

A meta de redução de gastos, com os benefícios assistenciais e com o Programa Bolsa Família do governo Temer, mostra-se presente nas ações iniciais do governo Bolsonaro. A Reforma da Previdência social, discutida no governo Temer – PEC 287/2016, configura-se como prioridade para o governo Bolsonaro – PEC

06/2019. A argumentação é de que há déficit na previdência, comprometendo o crescimento da economia e afetando a estabilidade financeira do Estado. (PINTO, 2019, p.273).

No atual desgoverno, o Presidente Jair Messias Bolsonaro coloca de lado o Programa Bolsa Família, criando uma espécie de transferência de renda focalizada, sem configurar a mesma como direito social. A focalização nos mais pobres e a atuação residual do Estado deixa claro o viés liberal da proposta do governo atual.

Bolsonaro começou a tornar público seu real plano de governo, tendo como porta-voz o seu escolhido para ministro da Economia, o banqueiro Paulo Guedes: acelerar o desmonte da Constituição de 1988. Como Michel Temer havia iniciado a flexibilização das leis trabalhistas e o congelamento de gastos sociais por 20 anos, Bolsonaro anunciou: “é preciso escolher, direitos ou trabalho”. Um conjunto de flexibilizações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) desonerou a folha de pagamentos para os empresários, instituiu modalidades mais abrangentes de trabalho intermitente, reduziu a multa pela rescisão contratual, etc. O governo Bolsonaro intensifica esses ataques, aos direitos do trabalho, aprovando uma reforma da Previdência Social que inviabiliza, para a maioria dos trabalhadores, a conseguir o benefício integral ou parcial. Também ocorre a intensificação aos ataques ao propor uma carteira de trabalho “Verde e Amarela”, no qual os jovens aceitariam ser contratados sem a maioria dos direitos ainda garantidos na CLT. Há ainda a idéia estapafúrdia de tributar, em 7,5%, o seguro-desemprego, para auxiliar nesse programa (SANTOS, 2019).

Já na perspectiva dos benefícios assistenciais, que estão previstos na CF 1988 e na Lei Orgânica de Assistência Social, a Lei 8742/93 foi atualizada pela Lei 12435/2011, O Benefício de Prestação Continuada (BPC), art. 203 da Constituição Federal de 1988, e na Loas no art.20, houve sua regulamentação e efetiva operacionalização em 1996, e é responsabilidade do governo federal a sua garantia. Os destinatários desse benefício são idosos (com 65 anos ou mais) e pessoas com deficiência (sem critério de idade) que se encontrem em situação de pobreza. (PINTO, 2019)

Pinto (2019) sinaliza que a renda passou a ser um indicador da pobreza para o acesso ao BPC. Foi estabelecido na Loas que a renda mensal per capita familiar deve ser inferior a um quarto do salário mínimo. Conforme previsão constitucional, o valor

mensal do BPC é de um salário mínimo. Os recursos para o pagamento do BPC são oriundos da Seguridade Social, alocados no Fundo Nacional de Assistência Social, como proteção social não contributiva.

Podem ser vistas com clareza as características do governo Bolsonaro e Temer, incluindo a meta de reduzir os gastos com o BPC e evidenciar o controle sobre os beneficiários, no sentido de identificar qualquer irregularidade que possa gerar o cancelamento do benefício ou dificultar seu acesso.

O Decreto 8.805/20169 estabelece que a inscrição no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) passaria a ser requisito obrigatório para a concessão do benefício, além do CFP de todos os membros da família. Foi desencadeada uma ação de revisão dos benefícios e avaliação das condições dos beneficiários, viabilizada pelo Decreto Presidencial 9.462/201810. “Em novembro de 2018, foram requeridos 790,3 mil benefícios e indeferidos 323,9 mil benefícios”¹¹. (PINTO, 2019, p.280).

De acordo com Pinto (2019), o governo Bolsonaro, por meio da MP 871, de 18 de janeiro de 2019, dá seguimento à política de controle repressivo sobre os beneficiários do BPC, com uma premiação para os técnicos que identificarem irregularidades no BPC. O governo Bolsonaro instituiu o:

Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade. 12 (MP 871, 2019).(PNAS, 2004, p.1)

O governo Bolsonaro alocou no Ministério da Cidadania, a Secretaria Nacional de Assistência Social, responsável pelo BPC. O Ministério da Cidadania é ocupado por Osmar Terra, anterior ministro do Desenvolvimento Social do governo Temer. A Secretaria Nacional de Assistência Social também manteve no cargo a mesma secretária do governo Temer, Maria do Carmo Brandt Carvalho, evidenciando uma continuidade entre os governos Temer e Bolsonaro. (PINTO, 2019). O BPC será afetado pela Reforma da Previdência Social (PEC 287/2016).

Pinto (2019) explana que, na proposta do governo Temer, a idade de acesso ao BPC é de 70 anos e desvincula o valor do benefício ao do salário mínimo, no

substitutivo do relator à Proposta de Emenda à Constituição 287-A, de 2016, cuja idade proposta foi de 68 anos.

Nessa perspectiva, a exposição de motivos do ministro da Fazenda serviu para dificultar o acesso ao BPC, elevando a idade requerida e reduzindo o valor do benefício para não gerar desincentivo à contribuição para a Previdência Social.

Pinto (2019) afirma que as medidas contrárias a seguridade social de Bolsonaro vão de encontro com a do ex presidente Temer, trazendo novamente uma reação conservadora contra os governos do PT (Lula e Dilma), especialmente no que se refere à política de valorização do salário mínimo, uma vez que seu repercute sobre as contas públicas.

Ao se analisar a exposição de motivos das PEC 287/2016 (Reforma da Previdência Social), PEC 241/2016, PEC 55/2016 (novo Regime Fiscal) e a PEC 06/2019 (Reforma da Previdência Social), fica claro o ataque aos gastos sociais que cresceram no período 2003-2014, com o impacto da valorização do salário mínimo, que é o piso dos benefícios previdenciários e assistenciais. É preciso frisar que esse é um ataque à política de distribuição de renda por meio da valorização do salário e das políticas de previdência e assistência social. Configura-se como um retrocesso na luta contra a desigualdade social e reafirma o modelo econômico concentrador de renda e da riqueza (PINTO, 2019)

De acordo com Santos (2019), Paulo Guedes procura convencer os congressistas a desvincular as receitas obrigatórias da Saúde e da Educação, do orçamento (lembrando, ainda congeladas, desde o governo Temer), colocando-as em uma única rubrica e sem os percentuais mínimos hoje garantidos em lei.

Colocando em prática o desmonte do Estado brasileiro, vale salientar que tal desmonte não se restringe apenas as políticas sociais. Podem ser utilizadas como exemplo a liberação de percentuais mais elevados de agrotóxicos na agricultura, os ataques às universidades públicas e à ciência, às verbas da Cultura e aos mecanismos de controle ambiental. Todo esse conjunto de medidas sugere uma estratégia do capital financeiro globalizado, sustentando tal plataforma. Bolsonaro não era a primeira opção desses setores, mas foi ele quem conseguiu capitanear todo o sentimento anti-política, direcionado às forças de esquerda, que foi capaz de vencer as eleições onde a centro-esquerda ainda mostrava alguma competitividade.

Uma hipótese com a qual muitos pesquisadores vêm trabalhando é a de que a burguesia brasileira, totalmente capturada pela lógica rentista e financeira, optou por rebaixar de forma agressiva os custos com a força de trabalho, a fim de competir no mercado global, em áreas de baixa tecnologia e baixo valor agregado nos produtos. Como a agroindústria já é altamente mecanizada e a desindustrialização é uma tendência quase consolidada, apenas empregos que exijam baixa qualificação e pagam baixos salários estarão disponíveis. E como o setor público ainda possui, em média, níveis salariais acima do setor privado (o que pode dificultar as políticas de austeridade que garantem o pagamento dos juros de dívida pública aos rentistas), deve haver redução. As propostas de fim da estabilidade do serviço público e de cancelamento por prazo indeterminado de novos concursos públicos vão nessa direção. (SANTOS, 2019, p.6).

Como indicado acima, esse tipo de plataforma política não conseguiria vencer uma eleição, em condições normais de competição eleitoral, porque é redutora de direitos sociais. Observa-se, então, que o fenômeno que vem sendo chamado nas ciências sociais de “crise da democracia” é, na verdade, a aplicação daquilo que Naomi Klein chamou de Doutrina do Choque. Quando ocorrem tragédias naturais, guerras e crises econômicas instala-se um clima geral de terror no qual são eleitos alguns alvos (grupos ou Estados “terroristas”, corrupção, estrangeiros etc), que devem ser neutralizados por meio de medidas extremas (KLEIN, 2008).

Com todo esse discurso machista, homofóbico, sexista, étnico e de extremo ódio pelas minorias, Bolsonaro conquista cada dia mais a sua ascensão, adentrando em perfeita sintonia com o irreal criado pela sociedade capitalista. Enquanto essa política inversa de guerra ao politicamente correto, ao “marxismo cultural”, ao “globalismo”, ao ambientalismo e outros fantasmas persistir, não só Bolsonaro, mas também o capital vai garantindo que a pauta econômica do governo tramite sem traumas no Congresso Nacional, cujos parlamentares são, em sua grande maioria, seus representantes, financiados por ele. (SANTOS, 2019)

CAPITULO 3: E o Serviço Social? As análises sobre implicações das recentes alterações no trabalho do assistente social

3.1 - O debate do Serviço Social sobre o agravamento da Questão Social e a regressão das Políticas Públicas.

De acordo com Peloso (2019), nos séculos XX início do Século XXI, a relação entre capital e trabalho transmutou-se e modificou-se como jamais foi visto em outros períodos da história. Marx (1971) ajuda a compreender tais mutações: as contradições estão relacionadas ao fato de que a tendência do desenvolvimento absoluto das forças produtivas, em geral, confronta-se continuamente com as condições específicas de produção nas quais estão inseridas.

Peloso (2019) afirma que o capital precisa de um conjunto de relações, sociais e também econômicas, para possibilitar o seu processo de acumulação. Nessas relações, conforme citado por Mattoso (1995), incluem-se as questões tecnológicas, produtivas, salariais, de padrões de consumo e da internacionalização das atividades do capital, além do papel do Estado.

A reestruturação do capital mundializado, que no Brasil intensificou-se nas últimas décadas do século XX, como dito anteriormente, provocou mudanças qualitativas na organização, na gestão da força de trabalho e na relação de classes. Houve uma forte interferência nos trabalhos profissionais das diversas categorias, em suas áreas de intervenção e em seus suportes de conhecimento e de implementação, conforme citado por José Paulo Netto (1996).

Ainda conforme Netto (1996), o problema teórico-analítico reside em explicitar e compreender como, na particularidade prático-social de cada profissão, traduz-se o impacto das transformações societárias, determinando as mediações que conectam as profissões particulares àquelas transformações.

A análise do impacto dessas transformações, no âmbito do exercício profissional, agrega um complexo de determinações e mediações, essenciais para elucidar o significado no processo de produção e reprodução das relações sociais, configurado "*enquanto exercício profissional especializado que se realiza por meio do trabalho assalariado alienado*" (IAMAMOTO, 2003, p. 214; grifos do original).

A atividade produtiva na forma dominada pelo isolamento capitalista — em que "os homens produzem como átomos dispersos sem consciência de sua espécie" — não pode realizar adequadamente a função de *mediação* entre o homem e a natureza, porque "reifica" o homem e suas relações e o reduz ao estado da natureza animal. Em lugar da "consciência da espécie" do homem, encontramos o culto da privacidade e a idealização do indivíduo abstrato. Assim, identificando a essência humana com a mera individualidade, a natureza biológica do homem é confundida com sua própria natureza, especificamente humana. [...] A atividade produtiva é, então, *atividade alienada* quando se afasta de sua função apropriada de *mediar* humanamente a relação sujeito-objeto entre homem e natureza, e tende, em vez disso, a levar o indivíduo isolado e reificado a ser absorvido pela "natureza". (MÉSZÁROS, 2002, p.80-81).

A análise dos dilemas do exercício profissional exige a compreensão das determinações objetivas das relações capitalistas sobre a profissão. O processo de trabalho capitalista é presidido pela inversão do domínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo. Seguindo a análise de Marx, a "dominação do capitalista sobre o trabalhador é, conseqüentemente a da coisa sobre o homem, do trabalho morto sobre o trabalho vivo, do produto sobre o produtor" (Marx, 1971, p. 20).

Conforme Iamamoto (2003), a condição assalariada de inserção profissional, no efetivo exercício, mediada pelas demandas e requisições do mercado de trabalho, sintetiza tensões entre o direcionamento que a profissão pretende imprimir em seu trabalho concreto e as determinações do trabalho abstrato, inerente ao trabalho capitalista.

A condição assalariada do exercício profissional pressupõe a mediação do mercado de trabalho. Assim, as exigências impostas pelos distintos empregadores materializam demandas, estabelecem funções e atribuições, assim como também impõem regulamentações específicas a serem empreendidas no âmbito do trabalho coletivo. Além disso, normas contratuais condicionam o conteúdo e estabelecem limites e possibilidades às condições de realização da ação profissional (Iamamoto, 2003, p. 218-219). É nesse momento que se identifica a tensão existente no significado das determinações do trabalho alienado e na particularidade do Serviço Social.

De acordo com Pelloso (2019), as políticas neoliberais adequam-se ao processo de mudanças no mundo do trabalho, e promovem-se através de uma série

de medidas macroeconômicas. Visam-se adequar essas políticas nas condições econômicas e sociais, ou seja, nas leis do mercado, reduzindo progressivamente as chamadas regulações governamentais protetoras e a política social.

Quanto à política social, a história tem evidenciado que, em qualquer tempo e contexto sociocultural, a mesma tem procurado satisfazer necessidades sociais, porém, sem deixar de atender aos “objetivos egocêntricos, como o controle social e político, a doutrinação, a legitimação e o prestígio das elites dominantes” (PEREIRA, 2013).

Pelloso (2019) pontua que essas transformações vêm afetando a dinâmica da reprodução social e também a esfera em que atua a/o profissional de Serviço Social. É notório que o Serviço Social esteja inserido nas condições históricas concretas, que influenciam a forma de pensar e agir de seus profissionais. Por esse motivo, a fim de compreender a prática profissional, é necessário conhecer e expor as contradições e mediações postas pelo mercado de trabalho ao assistente social.

De acordo com Ceolin (2014), apreender a particularidade histórica da profissão e de sua prática social exige investigar e examinar o complexo processo e o movimento que caracterizam as singularidades do efetivo exercício da profissão assim como suas mediações, no âmbito dos processos e relações de trabalho, inseridas na divisão social do trabalho.

As grandes transformações vividas nas últimas décadas têm colocado complexas questões ao Serviço Social. Implementar a proposta do Estado neoliberal, os processos de municipalização da política social, a intensificação da presença das chamadas Organizações Não-Governamentais (ONGs) na execução de serviços de caráter público, as ações da filantropia empresarial, entre outras mudanças, trazem o questionamento de como os profissionais de Serviço Social realizam sua intervenção, nos espaços sócio-ocupacionais. (PELLOSO, 2019, p.2).

O Serviço Social está diretamente vinculado às demandas construídas no complexo das contradições gerado pelo conjunto das relações sociais de produção e reprodução da sociedade capitalista, em sua fase monopolista. O enfrentamento das expressões da *Questão Social* é assumido, pelo Estado, como resposta à necessidade de controle da força de trabalho e de legitimação da instância estatal como força garantidora da expansão do modelo de reprodução, no período histórico

de trânsito para a fase monopolista do capitalismo, em seu estágio maduro (NETTO, 1996 p. 18).

A produção e a reprodução das relações sociais capitalistas não se restringem à relação capital e trabalho, nas condições objetivas de produção e reprodução da vida material, mas englobam um complexo mais amplo envolvendo a totalidade da vida social, suas formas de consciência social e expressões culturais.

A produção das idéias, das representações, da consciência, está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real. Ao representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparece aqui ainda como direta exsudação do seu comportamento material. O mesmo se aplica à produção espiritual como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores das suas representações, idéias etc., e precisamente os/as homens e mulheres condicionados pelo modo de produção da sua vida material, pelo seu intercâmbio material e o seu desenvolvimento posterior na estrutura social e política. (MARX, 1971, p.31)

A compreensão do significado do termo Serviço Social só é possível ser desvelada caso seja inserida no complexo processo de produção e reprodução das relações sociais historicamente determinadas, bem como das correlações de forças sociais em disputa, quando de sua legitimação como profissão. A legitimidade da prática do Serviço Social, institucionalizada e legalmente reconhecida como profissão, é resultado do movimento processual de desenvolvimento da sociedade capitalista e da exacerbação das contradições a ela inerentes, materializada e expressa na *Questão Social*. (CEOLIN, 2014)

Nessa perspectiva, Ceolin (2014) pontua que o Serviço Social constituiu-se devido a sua área profissional ter relação entre as respostas das classes dominantes, às expressões da Questão Social, e a sua conexão com a sociedade burguesa, em sua fase monopolista.

A organização monopolista do capital teve início nas últimas décadas do século XIX (Mandel, 1985; Sweezy, 1977; Braverman, 1987). Nesse período, a concentração e centralização de capitais, em formas de trustes, cartéis e outras maneiras de

combinação, começaram a firmar-se, e a estrutura moderna da indústria e das finanças capitalistas passaram a tomar forma. A moderna era imperialista inaugurava-se, ao mesmo tempo, pelos conflitos armados e pela divisão do globo em colônias, esferas de influência ou hegemonia econômica (Braverman, 1987, p. 215).

A idade do monopólio alterou significativamente a dinâmica da sociedade burguesa. Ao mesmo tempo houve o crescimento das contradições fundamentais do capitalismo, já explicitadas no estágio concorrencial. As mesmas foram combinadas com novas contradições e antagonismos, tornando mais complexos os sistemas de mediações que garantem a dinâmica societária burguesa (Netto, 2005b, p. 19-20).

Segundo Sweezy (1977), o capitalismo monopolista é responsável pela introdução na dinâmica da economia capitalista de um conjunto de fenômenos. Os preços das mercadorias e serviços tendem a crescer progressivamente; as taxas de lucros são mais elevadas; acentua-se a taxa de acumulação e a tendência decrescente da taxa média de lucro e do subconsumo; concentram-se investimentos nos setores de maior concorrência; cresce a tendência de diminuir o uso da força de trabalho pela introdução de mudanças nos processos da produção e do trabalho assalariado, tendo por aliadas a maquinaria e as novas tecnologias; os custos de venda aumentam.

A estrutura modificada, das empresas capitalistas monopolistas, aglomera-se em imensas unidades, em virtude da concentração e da centralização de capital. O aumento da complexidade do controle operacional e do gerenciamento das empresas monopolistas exige cada vez mais um processo de trabalho especializado, provocando nova textura na divisão social do trabalho. Dessa forma, personifica-se o capital, na forma institucional, sob controle de uma camada especializada da classe capitalista (Braverman, 1987, p. 220-223)

O objetivo primário da nova estrutura da empresa monopolista moderna é o acréscimo dos lucros capitalistas pelo controle dos mercados (Sweezy, 1977). A transformação de toda a sociedade em um gigantesco mercado é uma das chaves fundamentais para a compreensão da história social recente (Braverman, 1987, p. 231).

Durante o período de trânsito do capital concorrencial ao monopolista, o capital industrial altera a dinâmica da vida familiar, transformando-a de unidade produtora em, cada vez mais, em unidade consumidora de mercadorias. Com a expansão do

processo de urbanização e civilização, as relações de mercado tornam-se a única forma possível de atendimento às necessidades sociais. (CEOLIN, 2014, p.1).

De acordo com Ceolin (2014), com o desenvolvimento das relações sociais, a organização familiar passa a ser um núcleo de produção e consumo da vida social. Nesse sentido, os variados modos de vida passam a ter consumos e padrões, assim como valores artificialmente criados como necessidades.

Nessa perspectiva, Ceolin (2014) afirma que, com essa universalização e desenvolvimento capitalista monopólica intensificada, não apenas os produtos do trabalho são de compra e venda, mas também a própria força de trabalho, subsumindo o modo de produzir e reproduzir a vida material e social à forma capitalista, quase que excluindo outras possibilidades de produção dos meios necessários da vida social.

Assim, as repercussões dessas transformações, para o mundo do trabalho e para a classe trabalhadora, são, com certeza, importantes. Um sistema de trabalho flexível necessita de um sistema de regulação flexível, com “novas formas de estruturação”.

De acordo com Pelloso (2019), essa transformação gerou consequências vistas até hoje. Pode ser observado um ataque frontal aos direitos do trabalho, que cria, infelizmente o trabalho precarizado, nas mais diversas formas de contratação, assim como o trabalho temporário, o terceirizado, a dupla jornada, etc.

Sobre esse prisma do neoliberalismo, o respaldo ideológico da reestruturação produtiva concentrou seus esforços em um ataque fervoroso ao Estado intervencionista e de bem-estar e, conseqüentemente, a construção histórica da cidadania. Esse ataque manifestou-se na reorganização da estrutura estatal e em seu papel; a investida neoliberal “é fazer do mercado a única instância a partir de onde todos os problemas da humanidade podem ser resolvidos (TEIXEIRA, 1998, p.196).

Ceolin (2014) explana que, nesse momento, o Serviço Social passa a cumprir o seu papel como controle da força de trabalho e da legitimação da ordem societária burguesa, bem como das instituições e do próprio Estado, como mediadores das classes e projetos em disputa na sociedade.

O Estado, ao buscar legitimação política, torna-se permeável as demandas da classe trabalhadora, que podem nele fazer incidir seus interesses e suas reivindicações imediatas. Nessas condições, as expressões da *Questão*

Social podem tornar-se objeto de uma intervenção contínua e sistemática do Estado, tornando-se alvo de políticas sociais (NETTO, 1996).

As particularidades desse processo, no Brasil, evidenciam que o Serviço Social institucionalizou e legitimou profissionalmente como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado. Houve o suporte da Igreja Católica, na perspectiva de enfrentamento e regulação da chamada *Questão Social*, quando a intensidade e a extensão de suas manifestações, no cotidiano da vida social, adquiriram expressão política (CARVALHO, 2017) (IAMAMOTO, 2003).

O Serviço Social, no Brasil, afirmou-se como profissão requisitada pelo setor público, face à progressiva ampliação da função reguladora do Estado, vinculada a organizações patronais privadas, de caráter empresarial, dedicadas às atividades produtivas e a prestação de serviços sociais (CARVALHO, 2017) (IAMAMOTO, 2003).

Com a crise de acumulação do capital, que se caracterizou como crise endêmica e crônica, com a perspectiva de uma profunda crise estrutural (MÉSZÁROS, 2009). A crise do padrão taylorista/fordista/keynesiano era, de fato, a expressão fenomênica de uma crise estrutural do capital, em sua lógica destrutiva e incontrolável (MÉSZÁROS, 2002).

Ceolin (2014) afirma que essa nova dinâmica do capital obscurece como nunca o universo do trabalho, atestando o caráter radical da alienação e fazendo com que a fetichização das relações sociais alcance seu ápice na hegemonia do capital financeiro, obscurecendo e subvertendo a leitura das desigualdades sociais.

As transformações no mundo do trabalho têm alterado as relações entre Estado e sociedade. Tem acontecido a redefinição do papel dos Estados nacionais e a alteração dos parâmetros de constituição de seu sistema de proteção social, com ampla e profunda repercussão na órbita das políticas públicas, com suas conhecidas diretrizes de focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão dos direitos sociais (CEOLIN, 2014, p.1)

O capitalismo monopolista, para enfrentar suas contradições imanentes, em um contínuo crescimento de prevalência do trabalho morto sobre o trabalho vivo, recorre a um padrão de acumulação flexível, que, conforme Netto (1996) implica necessariamente a um correspondente modo de regulação social.

A reestruturação do capital torna complexa a relação capital-trabalho, intensifica a fragmentação do proletariado e aprimora o controle de sua subjetividade

pela burguesia, enfraquecendo sobremaneira os trabalhadores, na perspectiva de classe social (ANTUNES, 2006; ALVES, 2000).

O Estado torna-se objeto de uma nova formatação a fim de adequar-se à lógica do capital mundializado, por meio de um abrangente processo de reformas (BEHRING, 2008).

Dessa forma, o neoliberalismo difunde a ideia de que o bem-estar social pertence ao foro privado dos indivíduos e de seus grupos sociais. Deslocam-se as respostas às manifestações da *Questão Social* da esfera do Estado para o mercado e a sociedade civil. A ideologia liberal estimula um vasto empreendimento de refilantropização do social, não admitindo os direitos sociais como função estatal e operando, assim, uma profunda despolitização da Questão Social, ao desqualificá-la como questão pública (CEOLIN, 2014)

A filantropia substitui o direito social. Os pobres substituem os cidadãos. A ajuda individual substitui a solidariedade coletiva. O emergencial e o provisório substituem o permanente. As microssituações substituem as políticas públicas. O local substitui o regional e o nacional. É o reinado minimalismo do social para enfrentar a globalização da economia. Globalização só para o grande capital. Do trabalho e da pobreza cada um cuida do seu como puder. De preferência, um Estado forte para sustentar o sistema financeiro e falido para cuidar do social. (SOARES, 2003, p.12).

A redução dos gastos sociais e o dismantelamento do sistema público de seguridade social têm suas expressões na privatização, descentralização, focalização e nos programas assistenciais emergenciais. À precarização das relações de trabalho e do desemprego estrutural, resultantes do processo de reestruturação do capital, somam-se a mudanças regressivas na relação entre o Estado e a sociedade, quando a referência é a proteção social como direito do cidadão. As condições de trabalho e as relações sociais, em que se inscrevem o Serviço Social, são indissociáveis da contrarreforma do Estado (Behring, 2008).

Quando as múltiplas e diferenciadas expressões da *questão social* são desvinculadas de sua fundamentação comum, desconsiderando os processos sociais em sua dimensão de totalidade, pulverizam-se e fragmentam-se as diversas expressões da questão social. Dessa forma, o resultado pode ser observado na autonomização de suas múltiplas expressões, transformando-as em problemas

sociais, despolitizando e individualizando o seu enfrentamento, tendo como foco de responsabilidade os indivíduos e suas famílias. A pulverização da *questão social* camufla a sua origem imanente ao sistema capitalista maduro. (IAMAMOTO, 2003, p.164).

As condições de trabalho dos assistentes sociais são profundamente atingidas pelas determinações da precarização do trabalho e pela sua autonomia socioprofissional. Essas condições são limitadas quanto ao seu direcionamento ético-político, tanto pelo crescente domínio de uma tecnologia, propiciada pelas condições de desenvolvimento da sociabilidade burguesa e pela generalizada burocratização da vida social (Netto, 1996), quanto pela redução e cortes orçamentários no atendimento às demandas, apresentadas na relação com os sujeitos do exercício profissional.

3.2 - Os limites e desafios do assistente social na política de assistência social no governo Bolsonaro

De acordo com Mauriel (2010), o Serviço Social vem alcançando um significativo avanço no seu protagonismo político e profissional, como em manifestações, nas lutas dos profissionais pela construção de direitos sociais, na esfera pública e, especialmente, no âmbito da Seguridade Social.

Botelho (2015) sinaliza que o neoliberalismo vem travando uma batalha inclemente sobre “o social”, ou, mais especificamente, com a classe trabalhadora. São nítidos os rebatimentos nas políticas públicas em geral, como a redução de financiamentos, as alterações na gestão e a organização dos serviços. Nesse contexto, são observadas ações perversas daqueles que controlam os meios de produção.

De acordo com Botelho (2015), as/os assistentes sociais têm sofrido com os impactos de precarização do trabalho e com as mudanças gerenciais e organizacionais, nas últimas décadas.

Prates (2019) pontua que o espaço do Serviço Social, frente as políticas sociais, será bem mais restrito, devido ao desmonte e a focalização em curso, pela redução de recursos humanos, em razão da suspensão de concursos públicos, já anunciada pelo atual governo. Essa medida resultará na ampliação do trabalho precário, atingindo não só a/o assistente social, mas também o conjunto dos

trabalhadores. É interessante observar que, mesmo com 90% das/os assistentes sociais sendo empregados no tripé da seguridade social, a tendência é que seja demandado o controle e a seleção da pobreza, uma vez que as políticas tendem a ser focalizadas.

Nesse sentido, a pobreza aparece distanciada dos debates estruturais e transformada num objeto técnico "em si". Essa mutação, ao mesmo tempo discursiva e prática, isola a compreensão do pauperismo relacionado a dinâmica estrutural de produção da riqueza, fazendo com que o trabalho, nos termos ideológicos dominantes, deixe de ser o centro ordenador das políticas sociais, transformando essas políticas em oportunidades individuais de obtenção de renda (VALLA, 2005).

De acordo com Paz (2015), a política neoliberal representa um retrocesso aos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora, que foram regulamentados pela Constituição Federal de 1988, apresentando sérios entraves para sua materialização.

Paz (2015) corrobora que a política neoliberal vem realizando uma intensa campanha para a redução do Estado. Dessa forma, entende-se que deve ser reduzida a intervenção estatal, alterando suas funções sociais para a iniciativa privada, apresentando assim repercussões para o trabalho em âmbito governamental, sempre criticado e pejorativamente chamado pela grande mídia e pelo empresariado brasileiro de cabide de emprego, e apontado como motivo para o "inchaço" do aparelho estatal e ineficiência do Estado. Realiza-se uma intensa campanha para a privatização das empresas estatais e para a redução das atribuições do Estado, principalmente no que se refere aos direitos sociais, ao passo que enaltece o mercado como esfera de regulação das relações sociais.

Prates (2019) afirma que o conservadorismo vem crescendo vertiginosamente na sociedade brasileira, fruto de uma história que mantém velado o machismo, o racismo, a misoginia e a xenofobia. No próprio seio da profissão verificam-se os movimentos revisionistas que reeditam um trabalho subjetivista, fragmentado e conservador, como a reedição do Serviço Social Clínico ou as fatídicas 23 teses, que apregoam o retorno do Serviço Social tradicional, já superado pela categoria, além do avanço indiscriminado do EAD, em condições ainda mais precárias.

Nesse sentido, Paz (2015) acredita que o trabalho das/os assistentes sociais vem passando por diversas mudanças porque essas/es profissionais como

qualquer outro trabalhador assalariado, dispõe apenas de sua força de trabalho como meio de garantia da própria reprodução. Os constrangimentos decorrentes da condição de assalariamento impõem limites concretos à autonomia profissional e aos resultados de suas ações.

Paz (2015) afirma que: A precariedade na inserção no mercado de trabalho, a ausência de estabilidade nos vínculos, a falta de materiais e instalações físicas adequadas, além da insuficiência de formação continuada, repercutem diretamente na própria consciência do trabalhador, provocando competição entre os mesmos, fragilizando assim a organização coletiva da categoria profissional.

A Política de Assistência Social tem apresentado-se como um importante espaço de atuação da/o assistente social, ao qual se encontra inserido desde o planejamento, implementação, avaliação, gestão, assim como na própria execução dos serviços ofertados pelo SUAS, nos equipamentos, como os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), dentre outros equipamentos da política, demandando dos profissionais novas competências e habilidades, com o intuito de desenvolver um trabalho comprometido com os interesses dos usuários (PAZ, 2015).

De acordo com Raichelis (2010), a Política de Assistência Social vem sendo marcada por ações pontuais e descontínuas e pela cultura do favor, através de práticas clientelistas, patrimonialistas e o “primeiro-damismo”, que ainda continua persistente em muitos municípios brasileiros.

De acordo com Lefebvre (1982), o cotidiano tem sido expressado através da decadência e a fecundidade, a miséria e a riqueza, a dualidade que articula em uma unidade, o conformismo e a atividade criadora revolucionária. Esse autor faz questão de sinalizar que o Serviço Social brasileiro constituiu o Movimento de Intenção de Ruptura, em plena ditadura, para opor-se ao Serviço Social conservador e, nos anos 1990, durante o avanço mais agudo do neoliberalismo, houve o crescimento como profissão e o avanço da materialização do Projeto Ético Político (PEP), que fornece uma direção social coletiva sólida. Portanto não se deve hesitar nesse momento adverso, mas cabe reagir como sempre é observado, buscando alianças com outras categorias às quais dialoguem com o projeto, fortalecendo as instancias organizativas, com o apoio e participação, porque a resistência precisa ser coletiva e não solitária. Na mesma direção, é preciso instigar formas de fortalecer a consciência de classe,

pois antes de ser uma categoria profissional, tem-se uma classe trabalhadora; e, deve ser retomada a vinculação histórica, com as bases organizativas e populares, nos conselhos, nas redes, nas comunidades, nos sindicatos, nos partidos e nos movimentos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante esse trabalho tivemos a oportunidade de ver a importância da política de assistência social e podemos destacar que ao longo dos anos foi ganhando novos contornos até que em 1988 com a criação da Constituição Federal ela passa a ser um direito do cidadão, não sendo mais vista como benesse e filantropia.

Esse processo trouxe mudanças significativas para o campo social em nosso país, pois a partir daí foram se desenvolvendo estratégias para consolidar a assistência social como um direito, criando a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social que trouxeram avanços para a área.

Neste trabalho de Conclusão de Curso observamos as diversas crises que as/os brasileiros já vivenciaram, compreendendo a dinâmica do governo deposto através do golpe e a formação de uma direita ultraneoliberal.

Nesse sentido foi de extrema importância fazer um estudo mais profundo para compreendermos a existência de um suposto sucateamento das Políticas Públicas por parte da burguesia e do novo governo pós Golpe, até os dias atuais.

Tanto a PNAS e o SUAS abordam aspectos importantes para a Assistência Social, como a descentralização administrativa, o foco nas famílias, a criação de novos equipamentos para se desenvolver o trabalho, mas mesmo diante de tantos avanços muito ainda precisa ser feito, pois ainda há uma má gestão dos equipamentos da assistência social, não há um controle social e os objetivos dessa Política não conseguem atingir de forma efetiva o foco do problema que é a contradição entre as classes sociais.

Através deste trabalho observamos também a negativa em aceitar a existência das desigualdades sociais e que elas são consequências do modo de produção capitalista, é visível o interesse em diminuir essas desigualdades, mas não em acabar com elas, criando uma leve camada de bem estar social prestes a se romper.

É interessante pontuar que a ordem vigente pensa apenas em amenizar a Questão Social, mas, sem interromper o mercado de produção capitalista, pondo em xeque o real propósito da Política Nacional de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social que por meio de sucateamento e baixíssimos investimentos solucionam na verdade apenas problemas emergências.

A intersetorialidade é outro aspecto abordado na Política Nacional de Assistência Social, mas para que ela seja feita de maneira eficaz é preciso que as políticas públicas sejam de qualidade o que na atualidade tem sido cada vez mais difícil já que existe uma redução dos gastos com as políticas públicas de maneira geral, só aumenta a precarização de diversos setores o que dificulta a prestação de serviços de qualidade tornando-os cada vez mais excludentes e seletivos.

Nesse sentido, este trabalho apresentou uma gama de problemas que foram agravados depois do Golpe da Presidenta Dilma Rousseff, mostrando claramente a corrupção como meio político e a politicagem como fazer profissional.

Mascaro (2018), afirma que o Brasil é historicamente um exemplo da incapacidade de gestar e administrar coesões suficientes de suas frações de classe burguesa capitalista, pelo ângulo da dinâmica internacional do capital, o país continua relativamente dependente e subordinado ao peso do comando dos Estados Unidos, podemos ver exemplos desta subordinação no atual Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, que busca a todo momento evidenciar a proximidade entre as duas nações. Resguardados as diferenças nesse decorrer histórico, vemos que assim foi no século XX, com a ditadura militar e assim é o início do século XXI, com seu primeiro caso simbólico, a corrosão do petismo e a retomada neoliberal de choque.

A falta de financiamento, a má gestão e o abandono da assistência social acarretam vários problemas não só para os usuários que são os mais prejudicados, mas também para as/os assistentes sociais e outras categorias profissionais.

Devido a essa precarização da política de assistência social, abrem-se margem para o clientelismo, o damismo que nos remetem as características de anos anteriores onde a assistência social é prestada como benesse e filantropia, como uma forma de favor, mantendo-se a verticalidade entre usuários e políticos.

A falta de recursos não só humanos como materiais também prejudicam os atendimentos, é preciso investimentos concretos para área, pois assim problemas como falta de recursos não serão mais um impedimento.

Precisamos que o Estado cumpra com as suas responsabilidades e não trabalhe para a burguesia, que essa responsabilidade social não seja transferida para instituições privadas e do terceiro setor como vem acontecendo na atualidade. Essa atitude do Estado está intensificando a precarização da Política de Assistência Social,

sua focalização e seletividade, trazendo muitos transtornos para os cidadãos que precisam da assistência social.

As/Os Assistentes sociais dependem das instituições para realizar o seu exercício profissional, que vão regular suas ações e suas respostas profissionais, tendo em vista a relativa autonomia no seu fazer profissional.

Por isso é preciso um profissional dinâmico, que busque no seu projeto ético político inspiração para realização de seu exercício profissional, onde pregue a luta pela equidade e justiça social e por mudanças na ordem societária. Além de buscar estratégias que sejam capazes de possibilitar a conquista do apoio institucional na construção de ações que viabilizem a garantia de direitos dos usuários.

Durante esse processo na construção deste trabalho pude perceber os limites que permeiam a atuação das/dos assistentes sociais, que são muitos, mas as possibilidades são reduzidas drasticamente com o sucateamento das Políticas Públicas e é preciso que essas/es profissionais estejam sempre se capacitando, participando de movimentos sociais e da categoria, pesquisando a realidade, buscando aprofundamento teórico, para que assim possam enriquecer seu exercício profissional para dar respostas efetivas e concretas às demandas que lhes são apresentadas no seu dia a dia.

Acreditamos na dificuldade que é para as/os assistentes sociais entenderem como se processa seu exercício profissional diante desta realidade ultraneoliberal, que as demandas advindas dos usuários vem se diversificando cada mais, mas ainda assim é preciso responde-lás sem se render ao fatalismo e no messianismo, ver e continuar compreendendo essas demandas de uma forma coletiva e não de caráter individual.

Diante desses fatores é inevitável que a luta por uma sociedade igualitária seja evidente, nós como assistentes sociais e trabalhadores devemos continuar nós unido em busca de melhorias, criando um Brasil justo, onde as Políticas Públicas funcionem como acordado na Constituição Federal de 1988.

Na mesma direção, precisamos instigar formas de fortalecer a nossa consciência de classe, pois antes de sermos uma categoria profissional, somos uma classe trabalhadora; e, retomarmos a nossa vinculação histórica com as bases organizativas e populares, nos conselhos, nas redes, nas comunidades, nos

sindicatos, nos partidos e nos movimentos sociais. Tudo para que a nova geração supere o inconveniente encontro com um governo ultraneoliberal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. A política social no Governo Lula. **Novos Estudos**, São Paulo-SP, nº70, p. 7-17, Nov. 2004.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. 11ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ARAGÃO, Maria Rosenilde Santos; HORA, Michelle Marry Costa Campos. O desmonte do “suas” e os seus impactos na execução da política de assistência social no Brasil. **Ideias & Inovação**, Aracaju, v.5, p. 123-132, set. 2019.

AZEVEDO, José Sergio Gabrielli de; et al. **Brasil, incertezas e submissão**. 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth . Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Rev. econ. contemp., Rio de Janeiro, vol.21, n. 2, p. 1-63, Mai./Ago. 2017**.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-reforma, desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serv. Soc. Soc.:** São Paulo, nº 128, p. 85-103, jan./abr. 2017.

BOTELHO, Catarina Santos. **Os direitos sociais em tempos de crise ou revisar as normas programáticas**. Coimbra: Almedina, 2015.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Por que Dilma não faz um governo de esquerda? A economia política dos governos do PT. **Esquerda Online**, Set., 2015. Disponível em:< <https://esquerdaonline.com.br/2015/09/03/por-que-dilma-nao-faz-um-governo-de-esquerda-a-economia-politica-dos-governos-do-pt/>> Acesso em: 01 set. 2020.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Brasil no tempo presente: regressão, desmonte de direitos, democracia em risco. **Revista Transformare**, Fortaleza, v. 1,n. 1, p. 1-15, out. 2017.

CASTRO, Ieda Maria Nobre de Castro. Em defesa da assistência social pública, contra o desmonte da seguridade social. **Plataforma Política Social, Caminhos para o desenvolvimento**, Jan. 2016. Disponível em:<http://plataformapoliticassocial.com.br/em-defesa-da-assistencia-social-publica-contra-o-desmonte-da-seguridade-social/>. Acesso em: 29 mar. 2020.

CEOLIN, George Francisco. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. **Serv. Soc. Soc**: São Paulo, nº: 118, p. 239-264, abr./jun. 2014.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. Do neoliberalismo de cooptação ao ultraneoliberalismo: respostas do capital à crise. **Esquerda Online**, Jun. 2020. Disponível em: < <https://esquerdaonline.com.br/2020/06/08/do-neoliberalismo-de-cooptacao-ao-ultraneoliberalismo-respostas-do-capital-a-crise/>>. Acesso em: 11 fev.2020.

COGGIOLA, Osvaldo. Programas Sociais Compensatórios: a experiência brasileira. **Ministério da Cidadania**, 2013. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/cnas/nota-deficit-orcamentario-atualizada.pdf/view>> Acesso em: 10 mar. 2020.

COSTA, S. G. Contribuição para conhecimento do discurso crítico e da prática profissional do Serviço Social. **CBCISS**, Rio de Janeiro, ano XVII, n. 195, 1985. (Col. Temas Sociais).

DEMIER, Felipe. Para além da democracia blindada? contrarreformas, consenso e coerção no Brasil atual. **Esquerda Online**, Nov. 2017. Disponível em: < <https://esquerdaonline.com.br/2017/11/25/para-alem-da-democracia-blindada-contrarreformas-consenso-e-coercao-no-brasil-atual/>> Acesso em: fev.2020.

DUARTE, Fabiana Giannetti. A desproteção social do sistema único de assistência social pós-golpe de 2016. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2019, Brasília-DF. Brasília: **Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Brasília-DF: 2019, p. 1-12.

ESQUERDA, Online. Economia desabou 3,6% em 2016, e agora? **Esquerda Online**, Mar.2017...Disponível em:<<https://esquerdaonline.com.br/2017/03/07/economia-desabou-36-em-2016-e-agora/>>. Acesso em: 05 fev. 2020.

FRENTE NACIONAL EM DEFESA DO SUAS. [Carta] às/aos participantes do XX CONGEMAS, 2018, Belo Horizonte- MG. [Para] **XX Encontro Nacional do Colegiado de Gestores Municipais da Assistência Social – CONGEMAS**, na EXPOMINAS, Belo Horizonte – MG, 2 f. “O SUAS que Defendemos”. Disponível em: <<https://maissuas.files.wordpress.com/2018/08/carta-congemmas.pdf>>. Acesso em: 27abr, 2020.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

JESUS, Júlio César Lopes de; LOPES, Flávia Augusta Santos de Melo. As ações do governo Temer e suas implicações para as políticas de previdência e assistência social: o que está por vir? In: **Jornada Internacional Políticas Públicas**. VIII, ago. 2017, São Luis, Maranhão. Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, Centro de Ciências Humanas.São Luis:UFMA, p. 1-12.

KLEIN, Naomi. **The Shock Doctrine: The Rise of Disaster Capitalism**. 1ª ed. Nova Iorque: Penguin, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal/Lógica Dialética**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

LEITE, Acácio Zuniga; et al. **Brasil, incertezas e submissão**. 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

LIMONGI, Fernando. Impedindo Dilma. Novo Estud. **CEBRAP**, São Paulo, Ed. Especial, p. 5-13, jun. 2017.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro 1 v. 1, 1971.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e Golpe**. 1ª ed. São Paulo-SP: Boitempo, set. 2018.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. **Rev. Katálysis**. Florianópolis, vol.13, n.2, p. 173-180, jul./dez. 2010.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, José Paulo. Transformações Societárias e Serviço Social –Notas para uma Análise Prospectiva da Profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, (50) 1996.

_____, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64**. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NUNES, António José Avelãs. **O Keynesianismo e a contra-revolução monetarista**. [s.n.], Vol. 32. Lisboa: Boletim de Ciências Econômicas, 1991.

OXFAM, Brasil. Super-ricos estão ficando com quase toda riqueza, às custas de bilhões de pessoas. **Oxfam**, 2018. Disponível em: < <https://www.oxfam.org.br/noticias/super-ricos-estao-ficando-com-quase-toda-riqueza-as-custas-de-bilhoes-de-pessoas/> >. Acesso em: 27 jan. 2020.

PAZ, Fernanda Alves Ribeiro. A precarização no trabalho do assistente social na política de assistência social. In: **Jornada Internacional Políticas Públicas**. VII, ago. 2015, São Luis, Maranhão. Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, Centro de Ciências Humanas. São Luis:UFMA, p. 1-12.

PELLOSO, Luciana Trugillo; SILVA, Luciano Joia da. As transformações no mundo do trabalho e suas implicações no trabalho dos(as) assistentes sociais: o desmonte dos direitos sociais. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2019, Brasília-DF. Brasília: **Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Brasília-DF: 2019, p. 1-12.

PEREIRA, Potyara A. P. **A Assistência Social na perspectiva dos Direitos**. Crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília-DF: Thesaurus, 1996.

_____, Potyara. A assistência Social prevista na Constituição de 1988 e operacionalizada pelo PNAS e pelo SUAS. **Serv. Soc. Soc.**, Brasília, nº.20, p.63-83, jan./jun. 2007.

_____, Potyara A. P. Proteção social contemporânea: cui prodest? **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 116, p. 636-651, out./dez. 2013

PINTO, Eduardo Costa. **Brasil, incertezas e submissão**. 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

PNAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília. Nov. 2004.

PREDES, Rosa. O Serviço Social na história: 40 anos de lutas e desafios. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.20, n.1, p. VII-XVI, jan. / jun. 2020.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas*. **Serv. Soc. Soc.**: São Paulo, n.104, p. 750-772, out./dez. 2010.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. 1ª edição. Rio de Janeiro-RJ: FGV, 2017.

_____, Fonseca Ventura do; BONETTI, Osvaldo Peralta; MATIELO, Etel. **Convención Internacional de Salud**, Cuba Salud 2018. O desmonte da assistência social brasileira no governo Temer. Brasília, 2018.

_____, Agnaldo do. **A natureza regressiva do Governo Bolsonaro**. 2019. 8f. Dossiê (Sociologia). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual de São Paulo – UNESP, Marília, 2019.

_____, Josiane Soares. O enfrentamento conservador da “questão social” e desafios para o Serviço Social no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**: São Paulo, nº.136, p. 484-496, set./dez.2019b.

SILVA, Maria Ozanira Silva. A política de assistência social e o sistema único de assistência social (SUAS): processo de construção e de desmonte. In: Sessão temática: Política Social e Serviço Social, 2018, Vitória-ES. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Vitória-ES: 2018, p. 1-17.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. Assistência social em risco: conservadorismo e luta social por direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade** [online], São Paulo, n. 130, p. 487-506, set./dez. 2017.

SPOSATI, Aldaiza. O Primeiro Ano do Sistema Único de Assistência Social. In: SWEEZY, PAUL M. **Teoria del desarrollo capitalista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1977.

SOARES, Laura Tavares . **O desastre social**.1ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOUZA, Luiza da Trindade; ANASTÁCIO, Lanna Ingrid Ribeiro; SILVA, Damaris Lima. Política de Assistência Social: desenvolvimento e entraves na sua gestão sob a égide da política econômica Neoliberal. In: **Jornada Internacional Políticas Públicas**. VIII, ago. 2017, São Luis, Maranhão. Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, Centro de Ciências Humanas.São Luis:UFMA, p. 1-9.

SWEEZY, PAUL M. **Teoria del desarrollo capitalista**.1ª Ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1977.

TEIXEIRA, F. J. S. **O neoliberalismo em debate**. In: TEIXEIRA, Francisco J. S. & OLIVEIRA, Manfredo de A. de (orgs.). Neoliberalismo e reestruturação produtiva. As novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1998.

VALLA, V. V. **Globalização, questão social e a nova pobreza**. In: _____.; STOTZ, E. N.; ALGEBAIL, E. B. (Org.). Para compreender a pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

VERONEZE, Renato Tadeu. A Política de Assistência Social brasileira e a ameaça temerária aos direitos sociais. **Revista Eletrônica Textos & Contextos** [online], Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 345 - 359, ago./dez. 2017.

ZACARIAS, Carlos. A hora da velha política. **Esquerda Online**, 2019. Disponível em: < <https://esquerdaonline.com.br/2019/02/05/a-hora-da-velha-politica/> >. Acesso em: 11 jan. 2020.